



REPÚBLICA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXII — N.º 136

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 17 DE OUTUBRO DE 1967

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDENCIA

SESSÃO CONJUNTA

Em 17 de outubro de 1967, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei n.º 9, de 1967 (CN), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o leilão de mercadorias realizado pelas repartições aduaneiras.

SESSÃO CONJUNTA

Em 18 de outubro de 1967, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único do Projeto de Lei n.º 10, de 1967 (CN) de iniciativa do Presidente da República, que altera a redação de artigos do Decreto-lei n.º 313, de 7 de março de 1967, estabelece novos prazos, e da outras providências.

ATA DA 158ª SESSÃO, EM 16 DE OUTUBRO DE 1967

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura

PRESIDENCIA DO SR. NOGUEIRA DA GAMA

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena.
Oscar Passos.
Edmundo Levi.
Desiré Guarani.
Cattete Pinheiro.
Victorino Freire.
Menezes Pimentel.
Wilson Gonçalves.
Duarte Filho.
Ruy Carneiro.
Argemiro de Figueiredo.
Aloysio de Carvalho.
Josaphat Marinho.
Carlos Lindemberg.
Eurico Rezende.
Paulo Torres.
Aurélio Vianna.
Nogueira da Costa.
José Feliciano.
Fernando Corrêa.
Bezerra Neto.
Atílio Fontana.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de

SENADO FEDERAL

PARECERES

Parecer n.º 710, de 1967

Da Comissão do Distrito Federal, sobre o Projeto de Lei do Senado número 64, de 1967, originário da Mensagem n.º 257, de 1967 (número 561-67, na Presidência da República) que estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1968.

Relatores: Senador Aurélio Vianna.
Secretarias de Educação e Cultura, Serviço Social e de Saúde.

Emendas aprovadas: n.ºs. 1, 2, 3, 4 e 5.

Emendas aprovadas: n.ºs. 1, 2, 3, Senador Eurico Rezende.

Receita — Gabinete do Prefeito — Tribunal de Contas do Distrito Federal — Secretarias de Administração, Finanças e da Segurança Pública.

Emenda aprovada: n.º 2-A, nos termos da submissão.

Emenda rejeitada: n.º 1-A.

Senador Petrônio Portella.

Secretaria do Governo e Recursos Administrativos, Viagem e Obras Públicas, de Serviços Públicos e de Agricultura e Produção.

Emendas aprovadas: n.ºs. 1-B, 3-B, 4-B e 5-B, nos termos da submissão.

Emenda rejeitada: n.º 2-B.

Parecer referente à Receita.

Relator: Senador Eurico Rezende.

A Constituição de 1967 estabelece, no seu art. 45, inciso III, a competência do Senado Federal para, privativamente, legislar sobre o Distrito Federal, na forma do art. 17, § 1º, e, com o auxílio do respectivo Tribunal de Contas, nele exercer as atribuições mencionadas no art. 71".

O art. 17, § 1º, acima referido, determina que ao Senado caberá discutir e votar projetos de lei sobre

serviços públicos e pessoal da administração do Senado Federal.

Quanto às atribuições mencionadas no art. 71, da Carta Magna, dizem respeito à fiscalização financeira e orçamentária, que o Senado exercerá, referentemente ao Distrito Federal.

Tendo em vista o disposto na Constituição, o Presidente da República, pela Mensagem n.º 437, de 1967 (n.º 564-67, na Presidência), comunicou ao Senado, acompanhada da exposição de motivos do Projeto de Lei do Distrito Federal, a proposta orçamentária da PDF, para o exercício financeiro de 1968.

Cabe, aqui, relatar a Mensagem.

O Distrito Federal, cuja população que se aproxima dos 500 mil habitantes — de acordo com o censo de 1960 — a elaboração de motivos do Projeto de Lei, "tem no Projeto o seu principal fundamento de existência e a sua razão de ser". As atividades administrativas tem pequena significação e se repetem no quadro da rotina.

A reforma tributária, recentemente recomendada pela Prefeitura do Distrito Federal, pelas múltiplas dificuldades que introduziu na rotina dos tributos, obrigou a administração do Distrito Federal a fugir aos padrões técnicos que a Lei n.º 4.090, de 1964, recomenda. Assim, a Prefeitura de motivos advertiu para o fato de que a Receita não obedecer ao disposto na Lei, afirmando que "a administração de legislação fiscal é, consequentemente, do elenco das atividades que a Prefeitura pratica que não pode ser deixada de adotar".

O Projeto de Lei dos Membros do Distrito Federal, para o exercício financeiro de 1968, prevê o equilíbrio orçamentário. Assim, Receita e Despesa somam a NCr) 313.701.927,00.

A estimativa da Receita fez-se por avaliação direta. Levou-se em conta o incremento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, especialmente

21 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Agradecimento de comunicação referente ao pronunciamento do Senado sobre nome indicado para cargo cujo provimento depende de prévia aprovação dessa Casa do Congresso Nacional:

N.º 521-67 (n.º de origem 695-67), de 13 do mês em curso, com referência à aprovação da escolha do Diplomata Carlos Martins Thompson Florça para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Governo da República da Itália.

RESPOSTAS A REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES

1 — Do Ministro do Interior:

Aviso BSB-261-67 — de 10 do mês em curso, com referência ao Requerimento n.º 716-67, do Sr. Senador Júlio Leite e

Aviso BSB-262-67 — de 11 do mês em curso, com referência ao Requerimento n.º 606-67, do Sr. Senador Lúcio de Mattos.

2 — Do Ministro da Aeronáutica:

Aviso n.º 90-GM-5-354-67 — com referência ao Requerimento número 769-67, do Sr. Senador Desiré Guarani.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

te sua incidência sobre o trigo importado pelo Banco do Brasil.

Objetiva a Prefeitura do Distrito Federal "proceder à reformulação dos tributos que incidem sobre o patrimônio, a fim de que sejam adaptados a uma política fiscal que vise objetivamente à consolidação de Brasília".

A Receita da PDF, para 1968, está assim classificada:

1. Receita Própria	
1.1. — Receita Tributária — ...	109.575.000,00.
11.1. — ICM s/o trigo — ...	72.875.000,00.
11.2. — Outros tributos — ...	36.700.000,00.
1.2. — Receita Patrimonial — ...	11.000,00.
1.3. — Receita Industrial — ...	24.000,00.
1.4. — Receita Diversas — ...	1.730.000,00.
Total da Receita Própria — ...	111.430.000,00.
2. Receita Transferida da União	
2.1. — Participações decorrentes de prestações constitucionais — ...	17.502.000,00.
2.2. — Transferências Correntes — ...	143.419.927,00.
2.3. — Transferências de Capital — ...	101.840.000,00.
Total da Receita Transferida — ...	262.361.927,00.
Total Geral da Receita — ...	373.791.927,00.

A Proposta Orçamentária da Prefeitura do Distrito Federal é a primeira a ser submetida, em caráter privativo, ao Senado Federal. E demonstra o interesse da administração em promover a definitiva consolidação de Brasília. Assim sendo, como favoravelmente ao presente Projeto de Lei, que estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício de 1968 — parte referente à Receita.

Salá das Comissões, em 6 de setembro de 1967 — Eurico Rezende, Presidente e Relator. — Aurélio Viana. — Adalberto Sena. — Petrólio Portella. — Benedicto Valladares.

Parecer referente ao Gabinete do Prefeito

Relator: Senador Eurico Rezende. A Despesa do Gabinete do Prefeito do Distrito Federal, para o exercício de 1968, está fixada, pelo Projeto em exame, em NCr\$ 1.288.410,00 (um milhão, duzentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e dez cruzeiros novos). Essa verba, conforme se vê no quadro de "Programas, subprogramas e metas da competência do Gabinete do Prefeito", é destinada, exclusivamente, ao funcionamento do Gabinete do Chefe do Executivo do Distrito Federal.

Entretanto, diretamente subordinado ao Gabinete está o Programa de Turismo, que contará com os seguintes recursos financeiros: NCr\$ 554,00 para custeio do Departamento de Turismo e Recreação; NCr\$ 860,00 para promoções turísticas e recreativas; NCr\$ 348,00 para a expansão das unidades de turismo. A soma dessas parcelas oferece o montante de um milhão, seiscentos e setenta e três mil, quatrocentos cruzeiros novos, que, somados à verba de funcionamento do Gabinete, apresentam a importância de NCr\$ 2.904.810,00.

A verba para Turismo pode parecer exagerada. Acontece que, em Brasília, todas as promoções de caráter turístico dependem de recursos oficiais. O lucro é indireto, através das despesas que os turistas realizam na cidade. É justo reconhecer que o Departamento de Turismo da PDF tem realizado um trabalho de mais alta valia para a divulgação de Brasília e para atrair turistas.

Ante o que ficou exposto, sou pela aprovação do Projeto — parte referente ao Gabinete do Prefeito.

Eurico, Rezende, Presidente e Relator. — Aurélio Viana. — Adalberto Sena. — Petrólio Portella. — Benedicto Valladares.

Parecer referente às Secretarias de Educação e Cultura, de Serviço Social e de Saúde.

Relator: Senador Aurélio Viana. Brasília, orgulho de um povo inconformado com o atraso, o qual culpa a causa não objetiva senão o desenvolvimento e a integração nacional; Brasília, que vem crescendo embora um tanto ou quanto desordenadamente, é obra irreversível. De sonho e aspiração, tornou-se uma magnífica realidade. Nunca um povo subdesenvolvido ou em epílogo desenvolvimento revelou tanta coragem e tamanha capacidade criadora. O grande desconhecido revelou-se ao mundo através de Brasília, que é a cidade da fé e da esperança. O Brasil brasileiro despertou e acreditou em si mesmo. E nada o deterá.

Na exposição de motivos que acompanhou a Proposta Orçamentária do Distrito Federal para o exercício de 1968, o jovem Prefeito Wadjó da Costa Gomide apresentou os amplos motivos que nos levaram a criar Brasília: "Fruto de propósito de desenvolvimento e integração nacional, a criação de Brasília deu nova dimensão aos conceitos de Capital e de Distrito Federal. Se normalmente uma Capital nacional exerce uma atração nas áreas adjacentes, funcionando como uma espécie de Capital regional, de Brasília se exige uma atuação intencional e um comprometimento mais profundo com a região em que se situa e com o desenvolvimento nacional, pois, além das funções institucionais de Capital, ela deve exercer as funções de pólo de desenvolvimento".

Assim é Brasília: um genuíno pólo de desenvolvimento que atrai, que seduz, que motiva.

A nós, Senadores federais, sem distinção político-partidária, cabe a responsabilidade constitucional e a honra de legislar, orientando sobre a administração do Distrito Federal e colaborando positivamente para a sua definitiva afirmação como cidade progressista e tipicamente nacional.

Com Brasília, a grande ausência amazônica aparece e, nela, Belém-Brasília e Brasília-Acre, regiões ignotas e inexploradas passaram a se constituir um destino fantástico aos bandeirantes deste século. Num país descoberto há cerca de 500 anos ainda havia terras a serem descobertas!

O anexo que me foi entregue para relatar é sobre educação, assistência social e saúde.

A proposta consiste para Educação NCr\$ 35.038.659,00; para Serviços Sociais NCr\$ 20.538.930,00 e para Saúde NCr\$ 44.478.447,00.

Não tivemos o propósito de alterar ou mutilar o plano administrativo do governo municipal para 1968.

Poucas foram as emendas apresentadas pelos senadores; nenhuma delas reduzindo despesas.

Todos reconhecemos que educação é um investimento ultra produtivo, que jamais apresentou saldo devedor.

Nenhuma transformação digna desse nome foi feita até hoje sem que o primado da educação fosse reconhecido.

O próprio Roosevelt já proclamara:

"O maior recurso elementar deste País é a sua juventude, e nenhum governo progressista pode permitir-se ignorar as necessidades que têm os seus futuros cidadãos de uma vida escolar adequada e desse trabalho útil que faz dos jovens uma parte da economia nacional. Ignorar tal necessidade é solapar a própria base da democracia, que requer renovação constante de sua vitalidade por meio da absorção dos seus jovens".

"O atual controle que o homem tem sobre a natureza é o resultado direto do capital empregado na educação. E a democratização da educação tornou possível para as capacidades fora do comum — que de outra forma seriam inteiramente perdidas — trazer a sua notável contribuição ao bem-estar geral. Não podemos permitir-nos qualquer fonte de matéria-prima humana. O gênio floresce nos lugares mais inesperados: "é o ímpeto da hoste indistinta que faz surgir um Diomedes ou um Heitor".

O Estado moderno e democrático educa para o desenvolvimento, isto é: para a vida ampla, livre do medo, do terror e das angústias.

Numa magistral conferência, há pouco pronunciada num dos salões da Câmara, o Professor Aluísio Pimenta, apresentando dados estatísticos irrefutáveis, provou que há "falta total de produtividade do ensino em nosso País".

Em 1954, matricularam-se, na primeira série dos cursos primários do Brasil, 2.954.475 alunos. E terminaram o curso apenas 535.612!

Destes, matricularam-se no primeiro ano ginasial 297.904 jovens. E terminaram o curso apenas 157.352.

Matricularam-se no 1º ano colegial 151.352, e terminaram o curso apenas 103.705.

Em 1965, encontraram vagas nas Universidades e demais Escolas Superiores do nosso País, para 125.405 candidatos, somente 58.928!

Eis o índice de nosso desenvolvimento! Eis a tragédia do nosso povo!

E o mestre mineiro concluiu, embora afirmando que não advogava a multiplicação de todos em troca da baixa qualidade do ensino: "O que não podemos deixar despercebido é que esses números estão totalmente abaixo do 'mínimo minimorum' que um país de 80 milhões de habitantes necessita para manter sua integridade como nação".

A reação contra este estado de coisas partiu de Brasília que deve, pelo seu exemplo, convocar a nação brasileira para mobilizar-se a favor da educação plena da sua juventude, pois gerações preparadas formam a infraestrutura cultural de qualquer país.

E' a verdadeira e conhecida divisa inglesa, citada por Aluísio Pimenta:

"A educação torna um povo fácil de governar, difícil de dominar e impossível de escravizar."

Tudo o que aqui se faça deve aproximar-se da perfeição, particularmente no campo específico da educação — ótimo ensino primário; ótimo ensino médio; ótimo ensino superior; ótimo ensino técnico-profissional.

Temos que reconhecer que a rede escolar do Distrito Federal é insuficiente para atender à sua população jovem.

Aliás, na Proposta Orçamentária em exame, há registro expresso desse fato. Lê-se: "O déficit escolar levantado em 1964 não foi suficientemente coberto, havendo assim necessidade de se intensificar a construção de novos estabelecimentos de ensino".

O que se observa é que os recursos destinados à ampliação da nossa rede escolar são insuficientes.

Os novos prédios escolares programados para 1968 terão capacidade apenas para 4.780 alunos.

O ensino médio e o superior devem ser também ampliados, proporcionando-se ao mestre como ao aluno todas as possibilidades para que se integrem na filosofia desenvolvimentista que exige reformas imediatas do ensino.

O que não podemos ignorar é o interesse da atual administração municipal em procurar resolver, dentro da difícil conjuntura que o País atravessa, esse problema que se vem constituindo um permanente desafio aos nossos dirigentes, de ontem como de hoje.

O Orçamento não esqueceu o Teatro Nacional, que ali está à espera de conclusão. Há na Proposta uma verba de cinco milhões de cruzeiros novos destinada à magnífica casa de cultura artística sem o que Brasília seria uma simples aldeola perdida nas confins da nossa pátria.

Também os atuais administradores de Brasília não esqueceram a construção do prédio do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal.

Destinou-se 550 mil cruzeiros novos para construção em convênio com a Novacap, daquela obra, e 50 mil para sua manutenção, em 1968.

ORÇAMENTO DA SAÚDE

O Orçamento da Saúde revela a modestia das verbas destinadas à população de uma cidade que vem recebendo anualmente milhares de migrantes das regiões menos desenvolvidas do Brasil.

Brasília vem atendendo, embora com recursos limitados, a milhares de brasileiros que procuram os seus Hospitais. No ano próximo passado, atendeu a mais de 450 mil pessoas. No entanto, Brasília ainda não possui um Hospital para Tuberculosos, devidamente equipado, muito menos Anexos que deveriam funcionar nos Hospitais já existentes, proporcionando melhor e mais rápido atendimento e menores gastos na cura dos que procuram tratamento.

Sabemos que os Anexos já foram projetados há bastante tempo, mas a sua construção jamais iniciada. Temos notícias de que a atual administração está no firme propósito de levar a efeito essa obra absolutamente necessária.

Também não existe em Brasília, acredito mesmo que em todo o planalto amazônico, um Instituto de Psicopneumologia para atender a maiores necessidades. A Comissão do Distrito Federal pleiteia e espera que uma Instituição desse tipo seja criada ainda em 1968.

Recentemente Brasília da falta de um Hospital de Psiquiatria.

A Prefeitura vem atendendo aqueles que a procuram, através de convênios firmados com entidades de outros Estados, os quais são dispendiosos.

Ferrou-se também que no próximo ano esse problema será devidamente solucionado e resolvido.

Hoje, segundo nos consta, são atendidos nesta Capital apenas 40 pacientes. É preciso termos de 1.500 leitos para essa finalidade.

As aulas-mestras do Orçamento, no que tange ao setor saúde, foram totalmente preservadas.

Não podendo criar nem aumentar despesas, reservamo-nos o direito de apontar deficiências sanáveis. Poderemos destacar verbas ou reduzir despesas alterando os planos preestabelecidos. Não o fizemos, na esperança de que as verbas globais serão convenientemente e honestamente utilizadas no firme propósito de bem servir à coletividade.

Também nada alteramos no setor Assistência Social.

Reservamos que as verbas não são suficientes no setor em causa.

Em síntese, aceitamos no Orçamento de Educação as seguintes emendas: 1 — 2 — 3 — 4 e 5 — rejeitadas as de nºs 6, 7 e 8.

Senador Eurico Rezende, Presidente.
— Senador Aurélio Vianna, Relator.
— Senador Adalberto Sena. — Senador Patrônio Portella. — Senador Benedito Valladares.

EMENDAS APRESENTADAS Nº 1

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROGRAMA 04 — EDUCAÇÃO SUBPROGRAMA 01 — ADMINISTRAÇÃO

METAS:

	NCR\$
SEC/056 — Subvenções às Instituições Privadas do Distrito Federal	280.000,00
Associação Cristã da Moços	3.000,00
Associação da Caixa Escolar do Jardim de Infância da SQ. 805	1.000,00
Associação Canisiana de Escolas Profissionais e Assistência Social	2.000,00
Associação dos Estigmatinos para Educação e Instrução Popular	1.000,00
Casa do Ceará	2.000,00
Centro Cultural N. S.ª da Consolação	1.000,00
Colégio Dom Bosco	6.000,00
Colégio Santa Maria	2.000,00
Colégio Maria Auxiliadora	4.000,00
Colégio Madre Carmen Salles	5.000,00
Colégio Santa Dorotéia	27.000,00
Colégio Santa Rosa	6.000,00
Colégio Notre Dame	2.000,00
Colégio Pio XII	5.000,00
Colégio La Salle	8.000,00
Colégio Marista	7.000,00
Colégio-Sacré-Coeur de Marie	1.000,00
Colégio Cor Jesu	2.000,00
Colégio N. S.ª da Piedade	1.000,00
Centro Educacional N. S.ª do Rosário	13.000,00
Centro de Treinamento de Pessoal do Conselho de Bem-Estar Social de Taguatinga	1.000,00
Centro Brasiliense de Folclore	2.000,00
Centro de Tradições Gaúchas	1.000,00
Centro Técnico de Estudos e Assistência a Estudantes de Medicina	1.000,00
Centro Cultural de Brasília	1.500,00
Centro Social e Cultural Paróquia N. S.ª do Perpétuo Socorro	1.000,00
Casa da Criança Pão de Santo Antônio	1.000,00
Conjunto Policlórico Tropiceros do Sul	1.000,00
Clube da Imprensa de Brasília	3.000,00
Escola Normal N. S.ª de Fátima	13.000,00
Escola Paroquial N. S.ª de Fátima	3.000,00
Escola Paulo VI	1.000,00
Escola São Carlos	11.500,00

Escola S. Vicente de Paulo	1.000,00
Escola Paroquial Coração de Maria	2.000,00
Faculdade de Administração de Empresas	30.000,00
Faculdade de Serviço Social de Brasília	7.000,00
Ginásio Brasília	1.000,00
Grupo de Estudos Sociais do Colégio Marista	1.000,00
Ginásio Industrial Champagnat	2.000,00
Grêmio Espírita Atualpa Barbosa Lima	5.000,00
Instituto de Pesquisa e Estudos da Realidade Brasileira — IPERR	10.000,00
Instituto Agrícola La Salle	15.500,00
Instituto Cultural de Brasília	2.000,00
Instituto N. S.ª do Carmo	10.000,00
Instituto N. S.ª do Perpétuo Socorro	4.000,00
Instituto Educacional Superior de Artes	4.000,00
Instituto e Creche N. S.ª da Divina Providência	1.000,00
Instituto Social de Educação e Assistência	1.000,00
Instituto Feminino Elizabeth Roesberg	1.000,00
Instituto Vicenta Maria	2.000,00
Instituto São José	1.000,00
Jardim da Infância Maria Assunta	1.000,00
Lar das Meninas São Judas Tadeu	2.000,00
Lira Infantil Brasiliense	1.000,00
Centro Assistencial e Educacional da Paróquia da Santa Cruz	2.000,00
Patronato Agrícola Dom Orione	7.000,00
Sociedade Cultural Evangélica de Brasília — SOCEB	15.500,00
Sociedade Pestalozzi de Brasília	3.000,00
Sociedade de Assistência e Educação dos Padres do Espírito Santo	2.000,00
TOTAL	280.000,00

Aurélio Vianna Nº 2

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS

PROGRAMA 14 — ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREVIDÊNCIA

SUBPROGRAMA 04 — ASSISTÊNCIA SOCIAL

METAS:

SSS/089 — Subvenção às Entidades Privadas do Distrito Federal	300.000,00
Discriminação:	
Associação Canisiana de Escolas Profissionais	19.600,00
Ação Social do Planalto	5.500,00
Associação dos Estigmatinos para Educação e Instrução Popular	6.000,00
Associação Religiosa Beneficente Jesus, Maria e José — Taguatinga	1.500,00
Ação Social Nossa Senhora de Fátima	500,00
Associação Leonística Beneficente "3 Poderes"	1.000,00
Associação dos Servidores Públicos de Brasília	500,00
Associação dos Ex-Combatentes do Brasil	1.000,00
Associação Médica de Brasília	500,00
Creche Núcleo Bandeirante	22.400,00
Comunhão Espírita de Brasília	2.000,00
Casa da Criança Pão de Santo Antônio	3.500,00
Creche Medalha Milagrosa	7.750,00
Clube da Imprensa de Brasília	7.000,00
Colégio Madre Carmen Salles	500,00
Colégio Santa Dorotéia	3.000,00

Creche O fanato Menino Jesus	2.000,00
Casa de Israel	7.500,00
Creche Nossa Senhora da Divina Providência	1.000,00
Centro Técnico de Estudos e Assistência aos Estudantes de Medicina da Universidade de Brasília	1.500,00
Congregação Cervas Educadoras Santa Filomena, para o Lar das Meninas	1.500,00
Centro de Informação e Ação Social da Sociedade de Educação e Ação Social	1.000,00
Centro Espírita Fraternidade Alan Kardec	4.500,00
Centro Social e Cultural da Fiscalização de Rendas de Brasília	1.000,00
Clube União de Vizinhança — Ana Norte	1.500,00
Conjunto Policlórico Tropiceros do Sul	500,00
Colégio Notre Dame	1.000,00
Centro Educacional Nossa Senhora do Rosário	1.000,00
Conselho do Bem-Estar Social de Brasília	500,00
Centro Social e Cultural da Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	500,00
Creche do Instituto de Educação e Assistência Social São Vicente de Paulo	1.000,00
Centro Social da Paróquia de São Judas Tadeu	4.500,00
Casa do Ceará	2.500,00
Centro Espírita Adolfo Bezerra de Menezes	1.000,00
Colégio Maria Auxiliadora	1.000,00
Centro Espírita Jesus Cristo é a Humildade	2.500,00
Escola Paroquial Nossa Senhora de Fátima — Núcleo Bandeirante	3.000,00
Escola São Carlos	3.750,00
Escola Paroquial Coração de Maria	1.000,00
Escola Anjo da Guarda	500,00
Escola Paula Frassinetti	500,00
Escola Normal Nossa S.ª de Fátima	1.500,00
Federacao dos Bandeirantes do Brasil — Brasília	3.500,00
Faculdade de Administração de Empresas	3.300,00
Faculdade de Serviço Social de Brasília	4.500,00
Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para o Núcleo de Pesquisas de Arte-reclusão	1.500,00
Fundação dos Rotarianos de Brasília	500,00
Ginásio Marcelino Champagnat	1.500,00
Grêmio Espírita Atualpa Barbosa Lima	7.500,00
Grupo Espírita Fraternidade	1.000,00
Ginásio Madre Carmem Salles	500,00
Instituto Educacional Superior de Artes	500,00
Instituto Vicenta Maria	6.300,00
Instituto Social de Educação e Assistência de Brasília	1.000,00
Instituto Nossa Senhora do Carmo	3.500,00
Instituto Agrícola La Salle	8.000,00
Instituto Mãe da Igreja — Irmãs Canisianas	2.000,00
Instituição Beneficente Social	500,00
Instituto Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	1.000,00
Instituto Técnico Agrícola Dom Orione	5.500,00
Instituto de Pesquisas e Estudos da Realidade Brasileira	1.500,00
Instituto Cultural de Brasília	1.000,00
Instituto Brasileiro de Educação Social	500,00
Instituto e Creche Nossa Senhora da Divina Providência	3.000,00

Instituto Nossa Senhora da Piedade	500,00
Instituto de Educação e Assistência Social São Vicente de Paulo	500,00
Lar das Meninas São Judas Tadeu	11.000,00
Linha Infantil de Brasília	2.000,00
Lar da Criança de Matilde	1.000,00
Lar da Criança — Taguatinga	1.150,00
Nosso Lar de Brasília	1.000,00
Obra Social Santa Isabel	5.000,00
Obra Sociais Santa Dorotéia	4.000,00
Obra de Assistência e Serviço Social da Arquidiocese de Brasília para conclusão da Catedral de Brasília	4.500,00
Obra Sociais Nossa Senhora Conceição Asa Norte	3.500,00
Obra Sociais São João Bosco — Núcleo Bandeirante	3.500,00
Obra Sociais do Instituto Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	1.250,00
Obra de Assistência Social dos Padres Sacramentinos	3.500,00
Obra Sociais da Congregação dos Mensageiros Divinos — Orfanato Menino Jesus	500,00
Centro Assistencial e Educacional da Paróquia da Santa Cruz	3.600,00
Obra Sociais do Colégio Santa Dorotéia	500,00
Ordem Espiritualista Cristã	1.000,00
Obra Sociais de Assistência a Menores e à Família Desamparada, a cargo das Filhas de Maria Auxiliadora	2.500,00
Ordem Filhas de São Paulo	2.500,00
Obra da Divina Providência	500,00
Patronato Agrícola Dom Orione	3.500,00
Paróquia Nossa Senhora do Santíssimo Sacramento	1.000,00
Sociedade de Instrução e Assistência Social	1.000,00
Sociedade de Educação e Assistência Social	1.500,00
Genatório Espírita Taguatinga	1.500,00
Sociedade Cultural Evangélica de Brasília	8.500,00
Sociedade Cristã Maria e Jesus	500,00
Sociedade Pestalozzi	3.000,00
Sociedade de Assistência e Educação dos Padres do Espírito Santo	2.000,00
Tenda Espírita João Balano	1.000,00
TOTAL	300.000,00

Aurélio Vianna Nº 3

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROGRAMA 04 — EDUCAÇÃO

SUBPROGRAMA 07 — DIFUSÃO CULTURAL

METAS: SEC/076

Onde se lê:
Contribuição da PDF para formação e funcionamento do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal

Leia-se:

Contribuição da PDF para construção e manutenção do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal e outras entidades de fins culturais, educativos e sociais

Aurélio Vianna
Nº 4

69.4.3.0.0. — TRANSFERÊNCIAS DE
CAPITAIS

13.2.04. — ENTIDADES PRIVA-
DAS

Onde se lê:
Instituto Histórico e Geo-
gráfico do Distrito Fe-
deral 550.000,00

Leia-se:

I — Instituto Histórico e
Geográfico do Distrito Fe-
deral, em convênio com a
NOVACAP 500.000,00

II — Centro Cultural de
Brasília, da Sociedade
de Educação e
Assistência Social 20.000,00

III — Sociedade Cultural
Evangelica de Bra-
sília 10.000,00

IV — Instituto Agrícola La
Salle 10.000,00

V — Faculdade de Servi-
ço Social de Brasí-
lia 10.000,00

Caetano Pinheiro

Nº 5

69.3.2.1.0 — Transferências Corren-
tes

32.1.05 — Instituições Privadas

Onde se lê:
I — Instituto Histórico e
Geográfico do Dis-
trito Federal 100.000,00

Leia-se:
I — Instituto Histórico e
Geográfico do Dis-
trito Federal 50.000,00

II — Instituto de Pesqui-
sas e Estudos da
Realidade Brasileira 25.000,00

III — Instituto Brasileiro
de Educação Social 25.000,00

Caetano Pinheiro

Nº 6

Inclua-se, no Orçamento da Secre-
taria de Educação e Cultura, a im-
portância de NCr\$ 1.000,00, para o
Instituto Madre Carmen Salles, da
Sociedade Concepcionista do Ensino,
Código — Local 32.1.05, Geral —
69.3.2.1.1., alínea III — Instituto
Madre Carmen Salles, da Sociedade
Concepcionista do Ensino — NCr\$
1.000,00

Teotônio Vilela

Nº 7

Destaque-se:

Para construção do prédio do IESA
— Instituto Educacional Superior de
Artes, na cidade-satélite de Tagua-
tinga — Distrito Federal — NCr\$ —
300.000,00.

Aarão Steinbruch

Nº 8

Destaque-se no Orçamento-Programa da Prefeitura do Distrito Federal, vinculado à Secretaria de Serviços Sociais, para o exercício de 1968, a importância de NCr\$ 4.500,00 em favor da Sereníssima Grande Loja de Brasília e do Grande Oriente do Brasil — Delegacia Especial de Brasília, em partes iguais para cada uma das entidades maçônicas, sediadas na Capital do País, de acordo com a seguinte especificação: — Códigos:

a) Local: 32.1.05; Geral:
89.3.2.1.1 — Sereníssima Grande
Loja de Brasília NCr\$ 2.250,00.

b) Local: 32.1.05; Geral:
89.3.2.1.2 — Grande Oriente do Bra-
síl — Delegacia Especial de Brasília,
NCr\$ 2.250,00.

Aarão Steinbruch

Parecer referente às Secretarias de
Administração, Finanças e Seguran-
ça Pública.

Relator: Sr. Eurico Rezende.
Na Proposta Orçamentária do Dis-
trito Federal para o exercício finan-
ceiro de 1968, as Secretarias de Ad-

ministração, de Finanças e de Se-
gurança Pública foram contempladas
com os seguintes recursos:

NCr\$

Secretaria de Adminis-
tração 9.745.693,00
Secretaria de Finanças 23.543.811,00
Secretaria de Segu-
rança Pública 47.073.193,00

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

A Secretaria de Administração tem o encargo de orientar e controlar as atividades da administração do pessoal, a aquisição de material de consumo e permanente, a racionalização dos serviços públicos do Distrito Federal, a realização de cursos de aperfeiçoamento e concursos públicos de seleção de pessoal, além de outras tarefas que interessam basicamente, ao conjunto administrativo do Distrito Federal.

Seus órgãos centrais são: Gabinete do Secretário, Coordenação do Sistema do Pessoal, Coordenação do Sistema de Material, Coordenação do Sistema de Racionalização e Produtividade, Coordenação do Sistema de Transporte, Divisão de Serviços Gerais. Como órgão de deliberação coletiva, tem o Conselho de Recursos Administrativos, dispondo, ainda, de dois órgãos descentralizados sem personalidade jurídica: Centro de Seleção e Treinamento e Centro de Processamento de Dados.

As despesas estão fixadas em NCr\$ 6.349.979,00 para o funcionamento e reequipamento da Secretaria; NCr\$ 2.282.549,00, para o custeio das atividades gerais; NCr\$ 400.000,00 para prosseguimento da garagem central da PDF; NCr\$ 301.000,00 para construção de um galpão para depósito de material; NCr\$ 400.000,00 para prosseguimento da construção da Escola de Treinamento dos Servidores da Prefeitura do Distrito Federal; NCr\$ 12.170,00 para manutenção e equipamento da Junta do Serviço Militar de Brasília.

SECRETARIA DE FINANÇAS

Compete à Secretaria de Finanças a execução e fiscalização dos atos relativos à administração fazendária, financeira e patrimonial; orientação e coordenação do sistema de contabilidade; exercício da auditoria financeira, supervisão e fiscalização dos órgãos descentralizados etc.

Assim, está na competência da Secretaria de Finanças promover e superintender a execução do orçamento do Distrito Federal.

São órgãos centrais da Secretaria: Gabinete do Secretário, Departamento da Receita, Departamento da Despesa, Coordenação do Sistema de Contabilidade, Departamento do Patrimônio e Auditoria. Ficam-lhe subordinados os seguintes órgãos descentralizados: Banco Regional de Brasília, Companhia de Desenvolvimento do Plano Central, Loteria de Brasília (este sem personalidade jurídica). Além disso, controla as loterias e a Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal, que é órgão de deliberação coletiva.

Dos recursos consignados à Secretaria, NCr\$ 20.000.000,00 são para o Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal (FUNDEPE) e NCr\$ 3.543.811,00 destinados ao funcionamento e reequipamento da própria Secretaria de Finanças.

O projeto em exame expõe a política econômico-financeira do Distrito Federal. A exposição de motivos que acompanha o projeto estuda a significação de Brasília no campo federal e no campo regional, mostrando a necessidade do Plano Diretor Regional, a fim de que a ação do Governo do Distrito Federal não fique sujeita à improvisação e ao "desgaste estéril". Afirma:

"Convém ressaltar que a elaboração do Plano Diretor Regional será

um passo de significativa importância, seja pelas suas conclusões, seja pelo fato de institucionalizar o sistema de planejamento. Estabelecerá um conjunto de proposições concernentes à ordenação do espaço, ao atendimento das necessidades sociais e à aplicação de investimentos, objetivando promover o desenvolvimento integrado da área."

Duas emendas foram apresentadas ao projeto. A primeira acrescenta inciso (IV) ao art. 5º, autorizando a alteração ou criação de Metas, "mediante decreto". A segunda fixa em 15 de janeiro a data-limite para a organização dos orçamentos analíticos de cada anexo.

A Emenda nº 1-A parece exagerada na delegação que pretende conceder ao Prefeito. Conflita com o texto constitucional que entrega ao Senado a discussão e votação de projetos de lei sobre matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração do Distrito Federal. Não acredito que o Senado possa abrir mão dessa competência, ainda mais quando a alteração ou criação de novas metas não pode ser feita de maneira a respeitar a relação de programas e subprogramas.

Se o Governo do Distrito Federal verificar, no desenvolver da execução orçamentária, a necessidade de modificação do texto do Orçamento, cabe-lhe propor ao Senado a retificação. Aceitar, porém, o que a Emenda nº 1 pretende, é contrariar o disposto no parágrafo único do art. 55 da Constituição, que veda a delegação de atos da competência exclusiva do Congresso, da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal. E compete, privativamente, ao Senado, discutir e votar projetos de lei sobre matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração do Distrito Federal.

Quanto à Emenda nº 2-A, o prazo para a organização dos orçamentos analíticos poderá ser até 31 de dezembro do ano em que seja votada a Lei Orçamentária, em vez de 15 de janeiro do ano seguinte, quando o Orçamento já deverá estar em plena execução.

SECRETARIA DE SEGURANÇA
PÚBLICA

Compete à Secretaria de Segurança Pública o policiamento de qualquer natureza, a segurança das prisões, no Distrito Federal, a engenharia do tráfego, o registro e licenciamento dos veículos, além da fiscalização do trânsito urbano.

Tem, essa Secretaria, os seguintes órgãos centrais: Gabinete, Central de Operações, Conselho Superior de Polícia do Distrito Federal, Departamento de Trânsito, Departamento de Polícia Judiciária, Departamento de Polícia Técnica, Departamento de Serviços Gerais, Departamento de Prisões, Polícia Militar do Distrito Federal, Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Isto posto:

Opino pela aprovação do projeto que estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício de 1968 — parte relativa às Secretarias de Administração, de Finanças e de Segurança Pública — com subemenda à Emenda nº 2-A, rejeitada a Emenda nº 1-A.

Subemenda

O art. 4º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 4º A aplicação das dotações inscritas nos quadros mencionados no artigo 3º far-se-á mediante orçamentos analíticos organizados para cada anexo, até 31 de dezembro do ano em curso." — Eurico Rezende, Presidente e Relator — Aurélio Vianna — Adalberto SENA — Petrólio Portela — Benedito Vallares

EMENDAS APRESENTADAS
Nº 1-A

Inclua-se no art. 5º:

Item IV:

"respeitada a relação de programas e subprogramas, alterar ou criar metas, mediante decreto." — Lino de Mattos.

Nº 2-A

O art. 4º passa a ter a seguinte redação:

"A aplicação das dotações inscritas nos quadros mencionados no art. 3º far-se-á mediante orçamentos analíticos organizados para cada anexo, até 15 de janeiro." — Lino de Mattos.

PARECER REFERENTE ÀS SECRETARIAS DO GOVERNO E REGIÕES ADMINISTRATIVAS, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E AGRICULTURA.

Relator: Sr. Petrólio Portela.

A Constituição de 1967 atribui ao Senado Federal competência para discutir e votar projetos de lei sobre matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da Administração do Distrito Federal.

Diante de tal competência, que implica em tão grande responsabilidade, cabe uma reestruturação no órgão técnico de nossa Casa, a fim de que, com absoluto conhecimento dos projetos e planos, possa orientar o Plenário na votação das proposições que interessam à administração de Brasília.

Para tanto, impõe-se um entrosamento completo entre a Comissão e os órgãos administrativos, de tal sorte que todas as unidades orçamentárias sejam, de fato, discutidas.

Cumpra assinalar a pronta disposição do Chefe do Executivo de colaboração com o Senado. O certo será, entretanto, a adoção de normas para o futuro, a fim de que, do diálogo entre o Executivo e o Legislativo, resulte o processo eficiente do estudo e exame da proposta orçamentária.

Não foi sem razão que a Constituição atribuiu aos representantes dos Estados a alta missão de dar os instrumentos legais indispensáveis à administração de Brasília. Capital do País foi ela concebida e criada para ser o centro de integração nacional e um pólo de desenvolvimento.

Não obstante a morosidade com que se implantam os serviços principais da administração federal, Brasília apresenta um ritmo de extraordinário crescimento, gerando problemas sérios, com a precariedade de serviços de infra-estrutura nas cidades chamadas "satélites", além do déficit em setores de maior importância, como o da educação.

Como Capital que exige sejam considerados aspectos relativos à sua administração local e outros tantos que se integram no quadro federal, cabendo ao Governo da União dar soluções das quais, afinal, resulta a afirmação de Brasília como centro de irradiação e decisão.

O Plano Diretor de Brasília é, pois, uma necessidade inadiável, a exigir o concurso dos técnicos e homens de Estado, para a análise da realidade, com o objetivo de planejar, eficientemente.

Tendo em vista as funções de Capital Federal e de Centro Regional, há de ser feita a avaliação dos diversos fatores "sicos, econômicos e sociais", visando à proposição de medidas para o trabalho dos poderes públicos e à orientação das atividades privadas pois, sem isso, a ação do Governo do Distrito Federal tende à improvisação e ao desgaste estéril, na expressão do Senhor Prefeito.

Se há duas ações — local e federal — inspiradas em um planejamento,

avalia, então, a nossa missão disciplinadora e fiscalizadora, que deve ser exercida no sentido de que Brasília, sendo um centro regional, possa ser também para todo o País, a Capital de todos os serviços públicos que lhe são próprios.

A proposta apresentada ainda não se apresenta como consequência do Plano Diretor, apenas antecedendo. Porém, como a serem executadas, a fim de que se cumpra a determinação do Conselho de Administração da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Brasília, órgão de administração do Distrito Federal.

12.º ponto — A proposta de construção de um centro e edifício de trabalho para a administração pública, a fim de que a administração pública possa ser exercida de forma autônoma pelo Distrito Federal.

Como bem assinala o Sr. Secretário de Governo, não cabe comparar o conteúdo da proposta, que é a de uma cidade, com os elementos relativos a edifícios, prédios.

13.º ponto — A proposta de construção de um centro e edifício de trabalho para a administração pública, a fim de que a administração pública possa ser exercida de forma autônoma pelo Distrito Federal.

14.º ponto — A proposta de construção de um centro e edifício de trabalho para a administração pública, a fim de que a administração pública possa ser exercida de forma autônoma pelo Distrito Federal.

15.º ponto — A proposta de construção de um centro e edifício de trabalho para a administração pública, a fim de que a administração pública possa ser exercida de forma autônoma pelo Distrito Federal.

16.º ponto — A proposta de construção de um centro e edifício de trabalho para a administração pública, a fim de que a administração pública possa ser exercida de forma autônoma pelo Distrito Federal.

17.º ponto — A proposta de construção de um centro e edifício de trabalho para a administração pública, a fim de que a administração pública possa ser exercida de forma autônoma pelo Distrito Federal.

18.º ponto — A proposta de construção de um centro e edifício de trabalho para a administração pública, a fim de que a administração pública possa ser exercida de forma autônoma pelo Distrito Federal.

19.º ponto — A proposta de construção de um centro e edifício de trabalho para a administração pública, a fim de que a administração pública possa ser exercida de forma autônoma pelo Distrito Federal.

20.º ponto — A proposta de construção de um centro e edifício de trabalho para a administração pública, a fim de que a administração pública possa ser exercida de forma autônoma pelo Distrito Federal.

21.º ponto — A proposta de construção de um centro e edifício de trabalho para a administração pública, a fim de que a administração pública possa ser exercida de forma autônoma pelo Distrito Federal.

22.º ponto — A proposta de construção de um centro e edifício de trabalho para a administração pública, a fim de que a administração pública possa ser exercida de forma autônoma pelo Distrito Federal.

23.º ponto — A proposta de construção de um centro e edifício de trabalho para a administração pública, a fim de que a administração pública possa ser exercida de forma autônoma pelo Distrito Federal.

24.º ponto — A proposta de construção de um centro e edifício de trabalho para a administração pública, a fim de que a administração pública possa ser exercida de forma autônoma pelo Distrito Federal.

25.º ponto — A proposta de construção de um centro e edifício de trabalho para a administração pública, a fim de que a administração pública possa ser exercida de forma autônoma pelo Distrito Federal.

26.º ponto — A proposta de construção de um centro e edifício de trabalho para a administração pública, a fim de que a administração pública possa ser exercida de forma autônoma pelo Distrito Federal.

27.º ponto — A proposta de construção de um centro e edifício de trabalho para a administração pública, a fim de que a administração pública possa ser exercida de forma autônoma pelo Distrito Federal.

6 — Prosseguimento do Plano de Colonização elaborado pela Missão Francesa de Colonização Técnica.

A dotação é de NCr\$ 18.916.850,00, sendo NCr\$ 8.911.611,00 de Despesas Correntes e NCr\$ 8.005.039,00 de Despesas de Capital.

A Secretaria de Viação e Obras Públicas tem a sua sede no Distrito Federal, sob a direção do Sr. Secretário de Viação e Obras Públicas, e a sua administração sob a supervisão do Sr. Secretário de Viação e Obras Públicas.

1.º ponto — A proposta de construção de um centro e edifício de trabalho para a administração pública, a fim de que a administração pública possa ser exercida de forma autônoma pelo Distrito Federal.

2.º ponto — A proposta de construção de um centro e edifício de trabalho para a administração pública, a fim de que a administração pública possa ser exercida de forma autônoma pelo Distrito Federal.

3.º ponto — A proposta de construção de um centro e edifício de trabalho para a administração pública, a fim de que a administração pública possa ser exercida de forma autônoma pelo Distrito Federal.

4.º ponto — A proposta de construção de um centro e edifício de trabalho para a administração pública, a fim de que a administração pública possa ser exercida de forma autônoma pelo Distrito Federal.

5.º ponto — A proposta de construção de um centro e edifício de trabalho para a administração pública, a fim de que a administração pública possa ser exercida de forma autônoma pelo Distrito Federal.

6.º ponto — A proposta de construção de um centro e edifício de trabalho para a administração pública, a fim de que a administração pública possa ser exercida de forma autônoma pelo Distrito Federal.

7.º ponto — A proposta de construção de um centro e edifício de trabalho para a administração pública, a fim de que a administração pública possa ser exercida de forma autônoma pelo Distrito Federal.

8.º ponto — A proposta de construção de um centro e edifício de trabalho para a administração pública, a fim de que a administração pública possa ser exercida de forma autônoma pelo Distrito Federal.

9.º ponto — A proposta de construção de um centro e edifício de trabalho para a administração pública, a fim de que a administração pública possa ser exercida de forma autônoma pelo Distrito Federal.

10.º ponto — A proposta de construção de um centro e edifício de trabalho para a administração pública, a fim de que a administração pública possa ser exercida de forma autônoma pelo Distrito Federal.

11.º ponto — A proposta de construção de um centro e edifício de trabalho para a administração pública, a fim de que a administração pública possa ser exercida de forma autônoma pelo Distrito Federal.

12.º ponto — A proposta de construção de um centro e edifício de trabalho para a administração pública, a fim de que a administração pública possa ser exercida de forma autônoma pelo Distrito Federal.

13.º ponto — A proposta de construção de um centro e edifício de trabalho para a administração pública, a fim de que a administração pública possa ser exercida de forma autônoma pelo Distrito Federal.

14.º ponto — A proposta de construção de um centro e edifício de trabalho para a administração pública, a fim de que a administração pública possa ser exercida de forma autônoma pelo Distrito Federal.

15.º ponto — A proposta de construção de um centro e edifício de trabalho para a administração pública, a fim de que a administração pública possa ser exercida de forma autônoma pelo Distrito Federal.

16.º ponto — A proposta de construção de um centro e edifício de trabalho para a administração pública, a fim de que a administração pública possa ser exercida de forma autônoma pelo Distrito Federal.

17.º ponto — A proposta de construção de um centro e edifício de trabalho para a administração pública, a fim de que a administração pública possa ser exercida de forma autônoma pelo Distrito Federal.

18.º ponto — A proposta de construção de um centro e edifício de trabalho para a administração pública, a fim de que a administração pública possa ser exercida de forma autônoma pelo Distrito Federal.

19.º ponto — A proposta de construção de um centro e edifício de trabalho para a administração pública, a fim de que a administração pública possa ser exercida de forma autônoma pelo Distrito Federal.

20.º ponto — A proposta de construção de um centro e edifício de trabalho para a administração pública, a fim de que a administração pública possa ser exercida de forma autônoma pelo Distrito Federal.

21.º ponto — A proposta de construção de um centro e edifício de trabalho para a administração pública, a fim de que a administração pública possa ser exercida de forma autônoma pelo Distrito Federal.

Ordem, considerada, pela Lei nº 4.125, como Serviço Público.

Sou por sua aprovação.

Emenda nº 5-B — Esta emenda destaca da Meta NOV/096 — Manutenção dos prédios e próprios do Poder Público, cuja dotação é de NCr\$ 3.400.000,00, a quantia de NCr\$ 500.000,00 para construção do edifício-sede do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Quando se cogita de instalar, definitivamente, os órgãos federais, em Brasília é indispensável que se deem condições de melhor funcionamento nos órgãos do próprio Distrito Federal.

Considerando as ponderações do Sr. Senador Rzeszutek e Sr. Senador Viana, como por que se aprova a emenda, com as modificações contidas na subemenda, de autoria do Senador Aurélio Vianna.

Emenda nº 4-B — Programa 07 — Transporte — Subprograma 02 — Rodoviário; Metas — DER — destina a dotação de NCr\$ 200.000,00 à construção de uma ponte sobre o Rio Pirajuba, na divisa dos Municípios de Orizânia e Lurupia em convenção com o Conselho Rodoviário Internacional de Goiás S. A., e complementação das estradas de acesso a ponto.

A obra se impõe, pois vai servir a uma zona agrícola de importância considerável, que é o centro da cidade de Brasília.

Somos por sua aprovação. — Eurico Rezende, Presidente. — Petrólio Portela, Relator. — Aurélio Vianna, Adalberto Sena.

EMENDAS APRESENTADAS Nº 1-B

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PROGRAMA 19 — URBANISMO SUBPROGRAMA — 01 — ADMINISTRAÇÃO METAS

Onze se lê: NOV/132 — Aquisição de máquinas automotivas e outros equipamentos para os serviços administrativos e técnicos da NOVACAP — 4.100.000.

Leia-se: Subprograma 05 — Obras Públicas — 3.100.000.

Acréscito-se: NOV/130 — Auxílio à TCB para construção de garagem nas cidades-satélite — 1.000.000.

Lino de Mattos Nº 2-B

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS SUBPROGRAMA 02 — RODOVIÁRIO METAS

DER/110 — Prosseguimento da implantação das Rodovias DF 2 DF 13 e DF 14, e outras constantes do Plano Rodoviário do D.F. — 2.100.000.

Acréscito-se: Rodovias DF 1 e DF 14. Lino de Mattos

Nº 3-B

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PROGRAMA 02 — ADMINISTRAÇÃO GERAL SUBPROGRAMA 05 — ADMINISTRAÇÃO METAS

NOV/096 — Manutenção dos prédios e próprios do Poder Público — 3.400.000.

Destaque-se: Ordem dos Advogados do Brasil Seção do Distrito Federal, para construção da sede própria — 300.000.

Petrônio Portela

Nº 4-B

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PROGRAMA 07 — TRANSPORTE SUBPROGRAMA 02 — RODOVIÁRIO

Metas: Onde se lê: DER/110 — 2.100.000.

Leia-se: DER/110 — 1.900.000

Inclua-se: Metas: DER/111 — Ponte sobre o Rio Pirajuba, na divisa dos Municípios de Orizânia e Lurupia, C.O., em convenção com o Conselho Rodoviário Internacional de Goiás S. A., e complementação das estradas de acesso a ponto — 230.000.

João Abrahão

Nº 5-B

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PROGRAMA 02 — ADMINISTRAÇÃO GERAL SUBPROGRAMA 05 — ADMINISTRAÇÃO

Metas: NOV/096 — Manutenção dos prédios e próprios do Poder Público — 3.400.000.

Destaque-se: Para construção do edifício-sede do Tribunal de Contas do D.F. — 500.000.

Petrônio Portela

Subemenda à Emenda nº 5-B.

PROGRAMA 01 — ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR SUBPROGRAMA 03 — PODER JUDICIÁRIO

NOV/093

Diga-se: NCr\$ 500.000 para construção do Edifício do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Aurélio Vianna

PARECER REFERENCIAL AO TRIBUNAL DE CONTAS

Relator: Sr. Eurico Rezende.

O projeto ora em exame que fixa a Despesa e estima a Receita do Distrito Federal pesa e estima a Receita do Distrito Federal, recursos financeiros da ordem de NCr\$ 1.298.396,00 (um milhão, duzentos e noventa e seis mil, oitocentos e noventa e seis reais e novecentos e noventa e seis centavos). A consignação é a seguinte:

PROGRAMAS, SUBPROGRAMAS E METAS DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL.

Valor das Metas Valor dos Subprogramas Total dos Programas

NCr\$ 100 NCr\$ 100 NCr\$ 100

Programa — 01 — Administração Superior

Subprograma — 02 — Poder Judiciário

Metas: TC/179 — Funcionamento do Tribunal de Contas do Distrito Federal

1.298.396 1.298.396 1.298.396

Ao Tribunal de Contas do Distrito Federal compete processar e julgar as contas dos responsáveis pela Administração do D.F., ou pelas entidades vinculadas ao Governo do Distrito Federal, efetuar o registro de atos e contratos, na forma da lei; acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária. E órgão auxiliar do Senado Federal, no que se relaciona com a fiscalização financeira e orçamentária do Distrito Federal.

Nada há, portanto, de relevante a registrar-se sobre o assunto. Gipo pela aprovação do Orçamento em exame parte relativa ao Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Sala das Comissões, em 6 de setembro de 1967. — Eurico Rezende, Presidente e Relator. — Aurélio Vianna. — Adalberto Sena. — Petrólio Portela. — Benedito Valladares.

Parecer nº 711, de 1967

Da Comissão de Constituição e Justiça, a Consulta feita através do ofício nº SF/224/67, do Sr. Presidente do Senado Federal, acerca da questão de ordem formulada pelo Sr. Senador Josaphat Marinho, "sobre como pode o Congresso Nacional admitir o curso da proposta orçamentária e como, no exame dela, devem ser preservadas as competências da Câmara dos Deputados e do Senado da República."

Relator: Senador Antônio Carlos.

O nobre representante pela Bahia, Senhor Senador Josaphat Marinho, na sessão de 17 de agosto do corrente ano, sob a forma de questão de ordem, impugnou o curso e o exame, no Congresso, da proposta orçamentária para o exercício de 1968, face ao que, sobre a matéria, dispõe a Constituição do Brasil.

Dita questão de ordem, arguida em longa, minuciosa e brilhante fait, conclui:

"Assim, Sr. Presidente, e na forma do Regimento, segundo o qual cabe a Vossa Excelência zelar, a um tempo, pelo respeito à Constituição e pelas prerrogativas do Congresso, peço-lhe torne na devida consideração essas ponderações em forma de questão de ordem, para que decida, quando lhe parecer próprio, isoladamente ou em entendimento com o Presidente da Câmara dos Deputados, sobre como pôde o Congresso Nacional admitir o curso da proposta orçamentária e como, no exame dela, devem ser preservadas as competências da Câmara dos Deputados e do Senado da República."

3. O Excelentíssimo Senhor Presidente Auro Moura Andrade, declarando, na oportunidade:

"A Presidência dará decisão a questão de ordem que acaba de ser levantada pelo Sr. Senador Josaphat Marinho, depois de haver analisado a exposição feita por S. Excia. em face do projeto de orçamento", deu o seguinte tratamento ao problema: levou ao conhecimento do Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, conforme se verifica da fala desse, na sessão daquela Casa de 15.9.67, ao decidir questão idêntica submetida à sua apreciação pelo nobre Deputado Sr. João Borges e, concomitantemente, submeteu-o, em 21 de agosto, a esta Comissão.

4. Distribuído o processo, a 24 do mesmo mês ao nobre Senhor Senador Ruy Palmeira, foi a 5 de setembro, redistribuído ao nobre Sr. Senador Eurico Rezende, e, finalmente, a mim despachado a 11 do corrente.

5. Em síntese, foi esta Comissão chamada a opinar sobre duas questões:

a) em face dos termos da exposição de motivos do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, que encaminhava a proposta orçamentária bem como, em virtude do que dispõe os artigos 5º e 7º do projeto que reza:

"Art. 5º A aplicação dos recursos discriminados no artigo anterior far-se-á de acordo com os Programas estabelecidos para as unidades orçamentárias e para as entidades da administração indireta".

"Art. 7º No decorrer do exercício, os recursos destinados aos programas, subprogramas, projetos e atividades poderão ser alterados por Decreto do Poder Executivo, respeitado o total da despesa dos órgãos ou Ministérios constantes dos Anexos 3 a 5, e obedecidos os limites máximos para cada elemento da despesa: a proposição fere, ou não, o § 4º do artigo 65, da Constituição?

b) A vista da Constituição, art. 46, nº III — que diz:

"Ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, cabe dispor, mediante lei, sobre todas as matérias de competência da União, especialmente:

III — Planos e programas nacionais, regionais e orçamentos plurianuais", poderá o Congresso aceitar o projeto?

6. Preliminarmente, cumpre ressaltar que os dispositivos relativos ao Orçamento, constantes da Seção VI, Capítulo VI, Título I, da Constituição, devem ser objeto de interpretação conjunta e harmônica, de modo a que, na sua aplicação, não se verifiquem choques ou contradições.

7. Fiel a essa orientação, examinamos a questão.

8. Vejamos a primeira impugnação. O parágrafo único do art. 63 da Constituição estabelece:

"As despesas de Capital obedecerão ainda, a orçamentos plurianuais de investimentos, na forma prevista em lei complementar".

Este o mandamento básico do elenco de disposições sobre os orçamentos plurianuais. No artigo 65, a Constituição consagrou normas sobre o Orçamento anual, definindo-o, regulando-o e disciplinando a elaboração da proposta na esfera do Executivo, e sua tramitação no Legislativo. Entre tais normas incluem-se as consagradas no seu § 4º, que diz:

"Nenhum projeto, programa, obra ou despesa, cuja execução se prolongue além de um exercício financeiro, poderá ter verba consignada no orçamento anual, nem ser iniciado ou contratado, sem prévia inclusão no orçamento plurianual de investimento, ou sem prévia lei que o autorize e fixe o montante das verbas que anualmente constarão do orçamento, durante todo o prazo de sua execução".

Para, todavia, dar-se cumprimento ao que determina este parágrafo, é indispensável que:

a) exista a lei complementar prevista no parágrafo único do art. 63; b) que exista ou existam os Orçamentos plurianuais;

Nem se alegue que, ao final do dispositivo, referência há à prévia lei que autorize a obra, projeto, programa ou despesa e fixe o montante das verbas que anualmente constarão do orçamento durante todo o prazo de sua execução.

Se, todavia, a tanto se estender a interpretação, estar-se-ia negando o sistema instituído pela Constituição. De fato, o dispositivo só pode e deve ser interpretado, considerando-se que, implantando o regime salutar dos orçamentos plurianuais — o que ainda não se efetivou pela absoluta carência de tempo (a proposta orçamentária começou a ser elaborada no início do exercício e a Constituição entrou em vigor a 15 de março) — ter-se-á que obedecer à alternativa:

"Inclusão do projeto, programa, obra ou despesa no orçamento plurianual ou prévia lei que o autorize e fixe o montante das verbas que anualmente constarão do orçamento, durante todo o prazo de sua execução".

Tal é o entendimento construtivo — capaz de, sem invalidar as nobres intenções e as justas preocupações do eminente representante pela Bahia,

permitir não se comprometa o trabalho do Congresso nesta fase inicial de vigência da Carta Magna.

9. Passemos à segunda parte da questão, que diz respeito ao cumprimento do art. 46, nº III, em boa hora incorporado à Constituição, graças à iniciativa e aos esforços do nobre Senador Josaphat Marinho.

10. A indagação, no caso, é uma só: "planos e programas" referidos na exposição de motivos e no projeto podem ser considerados como aqueles objeto do disposto no art. 46, nº III?

11. Para uma resposta que não possa, nem de longe, parecer o desejo de elidir uma competência do Poder Legislativo das mais importantes que o novo Estatuto básico lhe atribuiu, examinemos o texto da proposta.

O Projeto de Lei da Câmara número 6.500, de 1967, estabelece em seu art. 4º:

"a despesa será realizada segundo a discriminação constante do Anexo 2, que apresenta a programação setorial do Governo, e dos Anexos 3 a 5, que detalham a composição da despesa pelos Poderes da União", alinhando, em seguida,

os valores constantes de tais anexos, discriminando-os por setor de atividade e por unidade administrativa.

O art. 5º estabelece:

"A aplicação dos recursos discriminados no artigo anterior far-se-á de acordo com os Programas estabelecidos para as unidades orçamentárias e para as entidades da Administração Indireta".

E o art. 6º:

"As unidades orçamentárias da Administração Direta organizarão, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da publicação desta lei, quadros de detalhamento dos projetos e atividades segundo o esquema da despesa, os quais deverão ser publicados, obrigatoriamente, no Diário Oficial.

Parágrafo único. Se necessário, os quadros referidos neste artigo poderão ser alterados, até 31 de outubro de 1968, respeitados os limites máximos para cada elemento de despesa".

12. Da leitura dessas disposições ressalta que "planos e quadros" a que se refere o projeto não podem ser confundidos com aqueles objeto do artigo 46, nº III.

13. A justificação da emenda ao projeto de Constituição, de autoria do nobre Senador pela Bahia, é extremamente elucidativa.

Diz ela:

"O projeto refere-se a "planos" diversos — de viação, de educação e saúde (art. 8º, X e XIII), de âmbito nacional, assim como alude a "diretrizes" econômicas e financeiras estabelecidas pela União (art. 10, V, c) e a "orçamento plurianual de investimento" (art. 64, § 4º), sem precisar nem prever, em qualquer dessas hipóteses, a elaboração de lei.

Ora a importância social, econômica e financeira dessas medidas imensas que não sejam adotadas à revelia do Poder Legislativo? Em lei, aliás, que elas se consubstanciam em França (Constituição 1958, art. 31), e mesmo nos regimes socialistas (Constituição da Alemanha, art. 164, nº 3) como se notamos, já na justificação de outra emenda.

No caso brasileiro a extinção de lei é tanto mais imprescindível quanto o projeto prevê que a distribuição entre planos econômicos e financeiros dos Poderes e da União podem justificar a intervenção federal (art. 10, V, c).

Dai a necessidade de traduzir em lei os planos e programas e os orçamentos plurianuais.

14. Assim, os instrumentos de planejamento ou programação das atividades do Poder Executivo, nos diversos campos de suas atividades, aos níveis nacional ou regionais, não se pode equiparar aos programas estabelecidos, para as unidades orçamentárias e para as entidades da Administração Indireta aplicarem os recursos discriminados no Orçamento, para 1968.

O artigo 46, nº III, trata de planos e programas nacionais e regionais que englobem um estudo completo do setor de atividade a que se destinam, a fixação dos objetivos a serem alcançados, os meios de ação de que se lançará mão, as fontes e os volumes dos recursos a aplicar, a previsão dos prazos consignados para sua execução.

O projeto, porém, trata tão-somente, da aplicação de dotações do Orçamento Anual para 1968, à base de programas que de fato, conforme se pode deduzir dos seus artigos 5º e 6º, se constituem em meros planos de aplicação.

15. Se, porventura, outro fosse o entendimento, uma razão de ordem pública estaria, a aconselhar a sua não aceitação.

A Câmara dos Deputados, à qual foi a proposta encaminhada pelo Poder Executivo, acolheu-a e já concluiu, numa primeira fase, seu exame, discussão e votação.

No Senado, já se esgotou o prazo para apresentação de emendas — únicos instrumentos válidos para alterar o projeto e tirar-lhe a feição de orçamento-programa que o nobre autor da questão de ordem julgou de seu dever apontar — e vários dos anexos já foram examinados e votados pela Comissão de Finanças.

16. Sem dúvida alguma, essa realidade levou as duas Casas do Congresso a elaborarem normas para a discussão e votação da proposta orçamentária, que, sem ferirem dispositivos da Constituição, no que toca ao Orçamento, como sejam os estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 67, refugiam de regular o cumprimento daqueles outros que reclamam legislação complementar ou regulamentar. E ainda neste passo, vale a ressalva de que tais dispositivos (§§ 1º e 2º do artigo 67) só poderiam figurar nas normas, se os demais preceitos, objeto da questão de ordem, pudessem ser cumpridos.

17. Não há como ou por que fugir, ainda à leal constatação de que o tempo de vigência de Constituição não permitiu que tal legislação pudesse ser elaborada, estar em vigor.

18. De outra parte, não há como admitir que os planos e programas nacionais ou regionais, em execução antes de em vigor a atual Constituição, para serem contemplados com dotações orçamentárias destinadas a seu prosseguimento ou conclusão necessitem de vir ao Congresso, para mediante lei, serem aprovados.

Seria, não só recuar a vigência da Constituição como, também, permitir a decretação da paralisação de uma série interminável de atividades e tarefas de interesse público e permitir a sentença inapelável do caso da administração.

Em conclusão sem embargo do resumo e consideração pelas inspeções que levaram o nobre Senador Josaphat Marinho a suscitar a questão de ordem, objeto da Consulta da Presidência da Casa através do Ofício nº SF/224 de 21 de agosto de 1967, que vale e muito como uma referência ao Poder Executivo para breve tempo, promover a elaboração de legislação de sua exclusiva iniciativa, capaz de dar ao Congresso justa e indispensável contrapartida prevista na Constituição, a Comissão de Constituição e Justiça opta por que a proposta orçamentária para

3, encaminhada pelo Poder Executivo, seja acolhida, e tenha, nesta, a cura, na forma regimental.

da das Comissões, em 12 de outubro de 1957. — *Milton Campos* — *Antônio Carlos, Relator*. — *Antônio Balbino*. — *Bezerra*. — *Wilson Gonçalves*. — *Carlos*. — *Rui Palmeira*. — *João*. O parecer reconhece a procedência da questão. A conclusão apenas a forma que não impeça a elaboração do orçamento para 1958 — ou, ainda, não era nossa intenção. A questão de ordem, porém, a "arbitrariedade" — para usar expressão do parecer — a fim de que o próximo exercício sejam obedecidas as normas constitucionais sobre os programas, nacionais e regionais e orçamentos plurianuais.

SR. PRESIDENTE:

Nogueira da Gama) A Presidência comunica haver recebido Requerimento de Informações do Sr. Senador Rui Palmeira, pelo qual solicita informações a serem prestadas ao Sr. Ministro da Fazenda.

Requerimento será, após despacho, publicado no *Diário do Congresso Nacional*. (Pausa.)

SR. PRESIDENTE:

Nogueira da Gama) A Presidência deferiu, hoje, o Requerimento número 873, anunciado na sessão anterior de autoria do Sr. Raul Giuberti.

É o seguinte o requerimento deferido:

REQUERIMENTO Nº 873, de 1957

Sr. Presidente:

A forma do Regimento Interno, de Vossa Excelência determinando providências no sentido de ser encaminhado, ao Sr. Ministro da Saúde o seguinte pedido de informação: o Ministério da Saúde tem conhecimento da existência do Concorus Mágistus. (Barbeiro) transmissor da doença de Chagas, no Rio Santo e quais as medidas tomadas para a sua erradicação. Ala das Sessões, 13 de outubro de 1957. — *Senador Raul Giuberti*.

SR. PRESIDENTE:

Nogueira da Gama) — Tem a palavra o Sr. Senador Aurélio Vianna, pelo prador inscrito. (Pausa.) V. Exa. não está presente. Tem a palavra o Sr. Senador Adil Fontana.

SR. ATTILIO FONTANA:

Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, desejo fazer nesta oportunidade, um relato do que foi dado a apre- na Inglaterra, em Portugal, na Suíça, na França e na Alemanha, numa viagem de 50 e poucas dias.

O que mais nos chamou a atenção, com uma certa surpresa, foi o envolvimento e o progresso verificado naqueles países milenares. Usávamos que nada mais havia a progredir e desenvolver naquela te do mundo, uma vez que aqueles povos têm elevado padrão de vida. As ruas são as bicicletas e as motocicletas, outrora usada sem grande número. Hoje em dia, os lavradores, mesmo os mais modestos, dispõem de automóvel. A eletrificação, a apenas urbana e suburbana, mas também a rural, é disseminada por a parte. Enfim, o que se nota é grande esforço de parte do Governo, empresários, produtores, no sentido de incentivar os cientistas e técnicos para descobrirem novas mulsas, novos métodos, a fim de

conseguir melhor e maior produtividade.

No campo industrial, já muito adiantado, com esse incremento das pesquisas científicas e tecnológicas, novos inventos e novos horizontes se apresentam, fazendo com que as máquinas automáticas ou semi-automáticas sejam produzidas, não apenas para o desenvolvimento dos países mas principalmente, e em larga escala, para exportação. Consequentemente, aqueles países uma situação favorável no comércio com outras nações em desenvolvimento ou subdesenvolvidas. E no setor agropecuario, segundo pudemos verificar, especialmente na Inglaterra, na Itália e na França, também houve um grande progresso, nos últimos tempos, aumentando sobretudo a produtividade por área de terra. Não seria exagero afirmar que as terras cultivadas, naqueles países, produzem três ou mais vezes, o que conseguimos aqui. Nesta parte, têm influência extraordinária os trabalhos científicos de genética, que tornam acessíveis aos lavradores melhores sementes, com maior precocidade e maior rendimento. Contam eles também com bons fertilizantes, cujas fórmulas têm sido melhoradas, dentro dos princípios científicos. Os governos daqueles países fazem um esforço muito grande para que os fertilizantes cheguem aos produtores a preços bem acessíveis.

Enquanto no Brasil precisamos de dois quilos de milho ou mais, para pagar um quilo de adubo, na Europa, com um quilo de milho se pagam dois quilos de adubo ou mais.

Assim sendo, os lavradores são atraídos para melhorar a fertilidade do solo, através de fertilizantes que lhes são oferecidos a baixo preço.

No setor da pecuária, constatamos que, nos últimos cinco anos, surgiu um novo tipo de bovinos. Antigamente eram abatidos com 20 ou 24 meses de idade. Atualmente, alcançam o mesmo peso com 12 ou 14 meses, o que dá um rendimento muito maior. E esse tipo de animal oferece uma carne com pouca gordura, dada a tenra idade e, consequentemente, alcança preço bastante superior, talvez de 20% acima ao da carne de animal adulto, de 24 meses ou mais.

No setor da suinocultura, também verificamos uma evolução muito acentuada. Animais que eram abatidos com 6 meses, lançando 90 a 100 quilos, hoje são abatidos com 4 meses e meio ou cinco, com aquele mesmo peso, apresentando percentagem maior de carne do que de gordura.

O Sr. Fernando Corrêa — Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. ATTILIO FONTANA — Com muito prazer.

O Sr. Fernando Corrêa — Senador Atílio Fontana, poderia nos informar qual é essa raça bovina que está sendo apregoada no seu discurso, e qual o peso que alcançam esses animais na época em que são abatidos pelos frigoríficos?

O Sr. ATTILIO FONTANA — Com muito prazer, nobre Senador. Quanto aos bovinos, verifiquei que na Inglaterra os animais — segundo fui informado e também tive oportunidade de constatar pessoalmente — com 12 ou 14 meses alcançam 400 quilos, com um rendimento de 55% depois de abatidos, o que representaria 220 quilos de carne e osso.

O Sr. Fernando Corrêa — Perfeitamente.

O Sr. ATTILIO FONTANA — E as raças são várias, sendo que, na Inglaterra, é uma raça irlandesa a que está apresentando os melhores resultados. O animal, de pelo mouro, é muito bem formado, muito desenvolvido e está sendo cruzado com raça Hereford.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — V. Exa. permite um aparte?

O Sr. ATTILIO FONTANA — Com muito prazer.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Observo, pelo discurso que V. Exa. está pronunciando nesta Casa, que V. Exa. vem trazer subsídios para o Senado, para a Nação e para o Governo relativamente ao rendimento pecuario e à melhoria da criação pecuária no Brasil. Essa é uma iniciativa patriótica de V. Exa. e muito necessária ao nosso país. Mas deploro que V. Exa., como todos nós que nos preocupamos com o desenvolvimento agropecuario no país, estejamos atravessando fase da maior dificuldade e quase de impedimento a realizar isso que V. Exa. idealiza — melhorar as condições da pecuária leiteira e da pecuária de corte. Não adianta, nobre Senador, que essas iniciativas sejam sugeridas, porque, a meu ver, quer neste Governo, quer no Governo passado, o que observamos é se sobrecarregar dia a dia a classe rural de uma tributação excessiva asfixiante, que ao invés de estimular o agricultor, vai esmorecendo-o, vai enfraquecendo-o no sentido de que não continue, mesmo com sacrifícios ingentes, a sustentar suas atividades nesse campo de ação humana. V. Exa. deveria fazer com conosco: se, na verdade, o Governo se encaminha para o desenvolvimento econômico deste País, é de fazer-lhe ver, como preliminar, que ninguém pode desenvolver o Brasil sem que olhe os fatores que possam interessar, os fatores que possam incrementar o desenvolvimento agropecuario desta Nação. Ainda agora, trouxeram-me, no instante em que entrava no Senado, uma lista dos impostos que sobrecarregam as classes rurais do Brasil. Ora, quem vem sofrendo, como a classe rural brasileira, sacrifícios de toda a ordem, ora decorrentes do clima, da ausência ou da irregularidade das chuvas, ora decorrentes do excesso de águas, não pode mais suportar ou receber como estímulo essa legislação que está aí vigente. Procure V. Exa. juntar, procure somar o que há de lei tributando a classe rural do Brasil e ficará escandalizado — chegará à conclusão de que é impossível a qualquer Governo desenvolver a economia nacional naquilo que em ce mais real, de mais substancial, de mais importante, sem modificar imediatamente essa legislação brutal, que vai afastar dos campos, para as cidades, os poucos ruralistas que ainda estão lutando dia e noite nos campos, para manutenção da população das Capitais. Perdoe-me V. Exa. o desestímulo que trago ao seu discurso, mas é sempre necessário estejamos aqui levantando argumentações desta natureza, e, ao mesmo tempo, pedindo ao Governo socorra as únicas classes, as únicas fontes de produção que sustentam o País, amenizando os agricultores dessa tributação vexatória, asfixiante que está em vigor. Perdoe-me a extensão do aparte.

O Sr. ATTILIO FONTANA — Muito agradecido pelo seu aparte, nobre Senador Argemiro de Figueiredo, sem dúvida alguma valiosa colaboração. Citou V. Exa. os grandes encargos, os grandes tributos que recaem sobre os lavradores. É verdade! No entanto quase nada se propicia a esses mesmos lavradores. É situação que vem de muitos anos e ainda continua. Precisamos, realmente, combatê-la; precisamos fazer com que se dê o mínimo de encargos e se melhore a assistência, principalmente a técnica especializada, a fim de que o nosso lavrador possa aprender a produzir mais e de modo melhor.

Mas não basta isso; há uma série de outras providências que precisam ser tomadas. Infelizmente, continuamos apenas elaborando muito bonitos relatórios. Ainda há pouco, vimos a Carta de Brasília. Tenho, aqui, uma revista inglesa, "The Economist", editada em espanhol,

que intitula a referida Carta de "o convite à vaia", e acrescenta: como isso depende da iniciativa privada, fornecida a esse animal para que eles não estejam muito dispostos a entrar no "bale". (Risos)

De sorte que os nossos problemas são muitos sérios! Precisamos prosseguir, se V. Exa. me permite, nas observações que fizemos na Europa.

O Sr. José Feliciano — Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. ATTILIO FONTANA — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. José Feliciano — Diante da suposição que todos tiveram com a informação de V. Exa. a respeito da produção de animal para abate, aos dois meses de idade, eu desjava perguntar a V. Exa. — e o faço agora — qual o tipo de alimentação fornecida a esse animal para que consiga 400 quilos de peso aos dois ou quatro meses de idade?

O Sr. ATTILIO FONTANA — Com muito prazer, nobre Senador José Feliciano. Eu me havia referido, em minhas palavras anteriores, aos trabalhos científicos de pesquisa que tem contribuído para o preparo de uma ração balanceada muito eficiente, isto é, nós verificamos, até mesmo em nosso País, que, de ano para ano, tende a melhorar a qualidade nutritiva da ração balanceada.

Em regra geral, esses animais, alimentados com parte de ração balanceada e parte com feno, também com leguminosas de grandes qualidades nutritivas, atingem precocemente aquele peso.

Vi um lote de animais, na província de Lodi, na Itália, todos com nove meses e pesando ao redor de quatrocentos quilos cada um. Eram da raça holandesa.

Ficamos, realmente, surpreendidos com tamanha precocidade. A verdade é que aqueles países continuam numa busca de aumentar a produtividade dos campos e das indústrias tendo-o conseguido.

Nesta mesma viagem, li discurso pronunciado pelos Srs. Ministros de Estado, insistindo em que os industriais, principalmente, investissem maior investimento em pesquisas científicas, porque há países em que se aplica maior percentagem do que em outros. Aqueles que se dedicam as pesquisas científicas, tecnológicas, de defesa sanitária, como pudemos verificar na Inglaterra, conseguem destacar dos demais.

Infelizmente, em nosso País, esta atividade está — sempre esteve — relegada a um plano praticamente inexistente, não se podendo dizer que seja de interioridade.

Precisamos, também, seguir direttriz. Não podemos esperar que seja seguida apenas pelos órgãos governamentais.

Como verifiquei, na Europa, quanto ao setor agropecuario há grande preocupação por parte do Governo que o demonstra através da pesquisa e defesa sanitária animal e vegetal.

Ainda na Inglaterra, quando percorria o seu interior, acompanhado de um alto funcionário subordinado ao Departamento de Relações Públicas — O Foreign Office — fui informado de que existem 13 grandes estabelecimentos de pesquisas, ao interior daquele país. Tivemos oportunidade, então, de visitar um deles, na região de Morris, nordeste da Inglaterra. O seu maior trabalho consiste em pesquisar e encontrar a forma de combater as doenças dos animais. Principalmente com o desenvolvimento da tecnologia e das peculiaridades das raças de animais, eles são mais sensíveis a certas doenças. Por isso, é necessário um trabalho de pesquisa e defesa sanitária,

que venha a ter grande influência no preparo da alimentação dos animais.

Quanto ao setor de gado de corte e de suínos, a preocupação se estende até ao consumo, visto que, cada dia mais são recusados os animais que produzem maior porcentagem de gordura.

Verifiquei que a gordura suína, na Europa, está por preço irrisório e é consumida do mesmo modo como se vem observando aqui: indústria de ração balanceada para a própria ração balanceada. Isto se dá porque o consumo de banha e de toucinho tem perdido terreno de ano para ano.

Assim sendo, com tais observações chegamos à conclusão de que devemos fazer um esforço, também no País, no sentido de desenvolver os plantéis de animais que produzem maior quantidade de carne, ainda que não exista, aqui, um consumo relativamente alto de gordura animal, pois a tendência é a de se consumir maior quantidade de óleos vegetais comestíveis.

Deste modo, também no setor da avicultura, verifiquei um progresso enorme. Tanto isto é verdade que o quilo de ave abatida, na Europa, não alcança sequer 50 por cento em relação ao quilo de carne de boi. Há mesmo mercados em que, com o dinheiro correspondente a um quilo de carne de boi se compram três quilos de carne de ave. Tivemos mesmo oportunidade, em tempos passados, de tratar deste problema, no Senado. A tendência deveria ser no sentido de sermos grandes produtores de forragem, de primeira qualidade, milho, torta de soja, amendoim e de outras oleaginosas. Deveríamos incrementar bastante a produção de aves dos vários tipos, a fim de oferecer-las a preço muito mais reduzido do que o da carne bovina.

Entendemos que o Governo deve insistir em que seja a carne bovina considerada carne popular. Não. Devemos melhorar os nossos rebanhos bovinos e preparar tipos uniformes, de qualidade, para conquistar o mercado externo. Esta a carne que poderemos, realmente, exportar a bom preço. Enquanto que a carne de aves, principalmente, não encontra mercado no exterior, devendo ser, portanto, consumida internamente.

O Sr. Corrêa da Costa — Convém ressaltar, nesta altura de seu magnífico discurso, que, no Brasil, existe esta singularidade. É o Brasil o único País do mundo em que a carne de aves, a carne de galinha, por exemplo, é mais cara do que a carne bovina. Isto prova que a nossa produção de aves é ainda muito pequena.

O Sr. José Feliciano — Permite o nobre orador um aparte? (Assentimento do orador) — Parece que a singularidade do consumo da carne bovina no Brasil trouxe uma outra também: talvez o Brasil seja o único País no mundo que, através de um órgão de reforma agrária, compre um avião a jato o mais moderno existente. E, além disso, há também outra singularidade: sendo um País com extensão territorial que assombra o mundo, vai localizar a sede do IBRA no Rio de Janeiro e, exatamente, em um dos prédios mais célebres da vida noturna daquela cidade — o antigo High-life — campeão de muitos carnavais e funcionando até como cabaré, em várias oportunidades! (Risos)

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Com referência ao preço da carne bovina, tem razão o nobre Senador Fernando Corrêa, porque isto tem prejudicado o bom desenvolvimento da avicultura. O Governo tem insistido em manter o preço da carne bovina de tempos passados, pelo menos, a uma altura que concorre, de maneira ruínoza, com o preço da carne de ave. O Governo precisaria estudar e fomentar a avicultura, não

insistindo neste solução, a fim de que haja competição para conquista de mercados. Deve, por isso mesmo, reduzir o preço da carne de ave. A carne bovina, sem dúvida, deve ser considerada um produto caro, mas não considerada como a carne mais popular, a carne que, obrigatoriamente, deve estar na mesa de todos os trabalhadores, inclusive os mais modestos. Ela pode e deve ser substituída, a nosso ver, pela carne de ave. Quanto ao nosso rebanho bovino, deve também ser melhorado. Nossos fornecedores deviam cuidar dessa parte.

Verificamos, de certo modo até com surpresa, numa visita que fizemos, de madrugada ao grande mercado atacado em Paris, a uniformidade dos animais abatidos e postos à venda. Aquela grande mercado atacado, aberto madrugada a dentro, das três horas em diante passa a fazer a distribuição. Pudemos verificar, as duas horas da madrugada, a magnífica uniformidade dos animais abatidos que lá se encontravam à venda.

Como é fácil de imaginar, com um padrão de vida tão elevado, o europeu não se conforma em consumir carne bovina de animais de 4, 5 e 6 anos de idade. Está acostumado a consumir carne da melhor qualidade, de animais novos, de animais precoces. De sorte que, no nosso País temos que procurar desenvolver esse setor para conquistar mercados no exterior. De qualquer forma a Europa é grande importadora de carne. Muito embora tenha conseguido aumentar a sua produção, o consumo cresce principalmente porque, como verificamos nessa viagem, o número de turistas que visita a Europa é impressionante. Aquela grande quantidade de bons hotéis está, no tempo do verão, totalmente lotada. Por toda parte, principalmente em Portugal, na Itália e na França, constatamos um número de turista muito grande. Esses turistas têm um padrão de vida elevado e consomem muito. São milhares e milhares de turistas que visitam os países europeus anualmente. De sorte que é um grande mercado. E nós, daqui do Brasil, poderemos...

O Sr. José Guimard — Comer carne na Europa... (Riso)

O SR. ATTÍLIO FONTANA — ... tentar conquistá-lo.

O Sr. José Guimard — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Com muito prazer.

O Sr. José Guimard — Vossa Excelência deve estar lembrado de que, da primeira vez que tratou desse assunto neste plenário, divergimos de V. Exa. porque, no Brasil, não há nenhuma carne popular, nem carne de ave nem carne de vaca. Eu deduzo das observações que V. Exa. está fazendo neste momento que preconiza uma política da seguinte forma: a carne de vaca, para exportar, e a carne de ave para comer aqui mesmo. Assim, estaria se esquecendo do que o Brasil, no cotejo com esses países europeus, apresenta circunstâncias, diríamos ecológicas, ou geográficas, muito diferentes — quero dizer, nós temos dimensões continentais, e podemos, mediante este esforço que V. Exa. chegou também a admitir, de uma produção mais racional de carne bovina, podemos dar dessa carne para o povo comer também. Eu observo que mais que os nobres colegas que apartearam Vossa Excelência, dentro do seu ponto-de-vista, que não vai aqui nenhuma deslealdade, são todos interessados num preço mais alto da carne bovina...

O Sr. Fernando Corrêa — Não apoiado! Tenha paciência. Senador, — eu não venho aqui defender meus próprios interesses. Estou defendendo

os interesses de uma classe produtora do Brasil. Não estou falando aqui de um preço a ser pago minha sardinha. V. Exa. tenha paciência.

O Sr. José Guimard — Permite o nobre orador outro aparte?

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Pois não.

O Sr. José Guimard — Acredito que não se trata de uma justificativa pessoal. Quero dizer é que o ponto de vista do Senador Attílio Fontana não me parece o mais conveniente com as necessidades brasileiras. Acho que no Brasil se pode e se deve difundir a carne bovina, porque temos condições para isso.

O Sr. Fernando Corrêa — Nobre Senador, a carne bovina é o único produto que não é gravoso ao exterior. Esta é a verdade a que nos devemos curvar. É uma das poucas mercadorias, digamos assim, que temos para vender, porque, infelizmente a política econômica dos países superdesenvolvidos esmaga os países subdesenvolvidos.

O Sr. José Feliciano — Nobre Senador José Guimard, acreditamos que tanto a tese do nobre Senador Attílio Fontana quanto a manifestação de idêntico pensamento por meio de vários apartes constituem exatamente, a tese de interesse nacional, tese de interesse da economia brasileira e não de interesse de facção econômica ou de setor ou de área ou de regionalismo. Ela é de forma inteligente e produtiva a manifestação de uma tese verdadeiramente de interesse nacional. A exportação de carne bovina é a única viável, a proteína animal que o Brasil possui. Só pode exportar a carne bovina. Nenhuma outra proteína animal pode ser exportada pelo país. E se é a única, é mais do que conveniente seja endegada aos mercados exteriores, supridos os mercados internos com outras fontes de proteína animal.

O Sr. Fernando Corrêa — Aliás o Brasil só exporta a carne do Rio Grande do Sul. Geralmente ou quase sempre a carne do Brasil Central e para o abastecimento interno.

O SR. ATTÍLIO FONTANA — O que tem acontecido é que a política de baixo preço para a carne bovina tem contribuído para manter praticamente estagnada a produção bovina em nosso país. O Brasil, realmente, como disse o nobre Senador José Feliciano, deveria fazer da exportação de carne bovina uma das suas fontes de receita mais importantes. Não bastaria apenas o governo permitir a exportação. Há necessidade, também, de melhorar os nossos rebanhos mas como melhorar os nossos rebanhos, se verificamos essa pressão periódicamente feita contra os pecuaristas, desestimulando-os, criando situações que não contribuem em nada para essa melhoria? Não pensamos que só devemos exportar a carne bovina. Teremos possibilidade de aumentar o consumo interno também. Porém, permitindo que se exporte certa porcentagem, estaremos dando a pecuária maior estímulo e melhores condições para que se desenvolva a criação.

O Sr. Fernando Corrêa — Vossa Excelência tem toda razão. O brasileiro, dentre os povos semi-civilizados do mundo, é aquele que consome menor cota de proteínas.

O SR. ATTÍLIO FONTANA — E, no entanto, apesar do baixo consumo, não tem havido carne em quantidade para exportação. Isso se deve a essa orientação — que não é nova, vem de há muitos anos, — que o Governo insiste em manter, ou seja, do preço baixo da carne bovina. Em decorrência dela não há desenvolvimento da pecuária, não há estímulo nem interesse em se conseguir uma

pecuária mais precoce e de melhor qualidade.

O Sr. Fernando Corrêa — Não é a intenção do preço, mas é a política maior produzida a carne bovina.

O Sr. Carlos Lindenberg — A maioria da exportação, pareço que é uma grande dificuldade: a assistência técnica aos rebanhos do Brasil, por exemplo, luta há anos para acabar com a aftosa. Há países que não importam a carne do Brasil porque não existe essa moléstia. O México já erradicou dos seus rebanhos a aftosa a sua produção para os Estados Unidos e outros países que não permitem a entrada de carne por causa de país onde grassa a aftosa. O Brasil mantém, inclusive, convenções com a América do Norte para a exportação da carne aftosa. Todavia, existe em toda parte, e nada se faz até hoje para erradicá-la dos nossos rebanhos. Enquanto tivermos a aftosa, de nada adiantará aumentarmos a produção, porque não encontraremos mercado para sua colocação. É preciso, pois, extinguir esse terrível mico que ataca os nossos rebanhos.

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Muito grato pelo aparte que Vossa Excelência me concedeu. Rebanhos a aftosa tem sido verdadeiramente um produto que tem depreciado, desvalorizado muito a qualidade e, conseqüentemente, contribuído para o desinteresse de dos países consumidores em comprar o nosso produto, porque temos com justa razão, importá-lo com vírus da aftosa. O combate à aftosa é uma necessidade, pois proporciona as melhores condições de estímulo para aumentar a sua produtividade.

O Sr. José Feliciano — Diz Vossa Excelência, a certa altura de seu discurso, que o Governo da Inglaterra se preocupa principalmente com a defesa sanitária de seus rebanhos, também com a alta produtividade de seus rebanhos. Acontece que aqui, no Brasil temos conduta que não coincide com a inglesa, porque — por exemplo — no combate à febre aftosa, há alguns anos o próprio Ministério da Agricultura detinha o fechar de todos os laboratórios que produzem vacinas, não só os particulares como também os oficiais. Aos particulares foi afirmado que eram fechados porque não produziam uma vacina mais ou menos garantida para o combate à aftosa; aos oficiais os motivos não foram apresentados de tal sorte que esses laboratórios até há pouco tempo, estavam quase todos fechados. Aqui, no interior do País, estou informado de que o laboratório de Barretos, por exemplo, que produzia vacina, continua fechado, por falta de verbas; o laboratório de Goiânia continua fechado, teve o seu funcionamento interrompido há pouco. Outros laboratórios do Rio de Janeiro, Centro-Oeste permanecem fechados. De tal forma que a conduta dos órgãos oficiais, no Brasil, prejudica verdadeiramente o funcionamento da economia nacional.

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Muito grato ao nobre Senador José Feliciano.

É uma lástima que, em lugar de se testar a produção de vacina e se melhorar as condições dos laboratórios, se recorra ao seu fechamento. Perde com isso o Brasil. Não se exagere afirmar que, em nosso País a aftosa causa prejuízo anual superior a 500 bilhões de cruzeiros anuais. Melhor seria continuar a luta para conseguir, como sucedeu a outros países, eliminar ou, pelo menos, controlar os surtos de febre aftosa.

Conhecemos frigoríficos, no Sul, que trabalham, durante meses, com a febre aftosa nos animais, pois, a medida em que vão eles entrando, s

atacados pelo vírus, que se multiplica, e transportam o loco para todos os recantos. Os veículos que para aí vão, regressam com o vírus para as fazendas, as encierras.

O Sr. José Feliciano — Sem considerar o impedimento da exportação da carne, que a auto-ação tem em prejuízo.

O SR. ATILIO FONTANA — Da diminuição de rebanho que sofre. Se tivermos alguma quantidade de excedente de carne bovina para exportação, também seria justo considerar.

Está sendo iniciada a campanha para combater a febre aftosa tanto no Rio Grande do Sul, onde já existe o controle em todo o Estado, como no Estado de Santa Catarina, recentemente, na zona da serra. Mas o trabalho está sendo muito mais, e a precariedade de ser acelerado.

Em nosso País precisamos cuidar muito mais da capacidade produtiva dos nossos homens pecuaristas e lavradores, para poder, então, importar mais, já que nossos compromissos, nossos encargos, nossas dívidas — no estrangeiro não são pequenas. Anualmente, para amortização dessas dívidas, juros, dividendos, royalties, etc. o Brasil — como fomos informados pelo Ministro da Fazenda em requerimento que encaminhamos pelo Senado — no ano passado, dispendeu mais de 720 milhões de dólares.

Devemos pensar seriamente, porque todos os empréstimos que conseguimos no exterior vencem, e, além do principal, são acrescidos dos juros.

Precisamos aumentar nossa exportação e para isso necessitamos de aumentar a produção internamente.

Sr. Presidente, antes de concluir, quero dizer da minha satisfação ao ter sido convidado para visitar o Parlamento Britânico, onde pude observar, tanto na Câmara dos Comuns como na Câmara dos Lordes, aquela austeridade, aquela tradição de séculos passados. Ali existe muita disciplina, muito respeito e os parlamentares realmente procuram, dentro da tradição britânica, servir ao povo inglês.

Assisti a um debate entre membros do Gabinete de Ministros, estando presente o Primeiro Ministro, e chamou-me a atenção a forma pela qual os ilustres parlamentares trabalhavam e discutem os problemas que dizem respeito aos interesses do povo britânico.

Devo acrescentar que retornei ao nosso País com entusiasmo e com muita fé, porque esta Nação tem as melhores condições para o seu desenvolvimento e o seu progresso, estando o atual Governo, sem dúvida, empenhado em tomar as medidas cabíveis para que esse resultado seja alcançado no menor espaço de tempo possível.

Assim sendo, agradeço a atenção dos meus nobres pares pela oportunidade que tive de fazer esse rápido e sucinto relato das minhas observações, na viagem que empreendi à Europa. Muito obrigado. (Muito bem. Muito bem. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A Presidência comunica haver recebido requerimento de informação, do Sr. Senador Eurico Rezende, dirigido ao Senhor Ministro da Educação e Cultura.

O requerimento será, após despacho, publicado no Diário do Congresso Nacional.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

José Guimard
Milton Trindade
Petronio Portela
Paulo Sarasate
Dinarte Mariz
José Feliciano
Filinto Müller

Adolpho Franco
Mello Braga
Celso Ramos
Guido Dandin
Dan el Kiezer

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em segundo turno do Projeto de Lei do Senado, nº 49, de 1935, de autoria dos Srs. Senadores Zacharias de Assumpção e Martins Junior, que lota para aquisição pelos seus ocupantes, as terras da extinta Estrada de Ferro de Bragança, no Estado do Para, e da outras providências (Projeto aprovado, com emendas da Comissão de Finanças), tendo parecer nº 680, da Comissão de Redação, com a redação do ven-

Em discussão o projeto. Tem a palavra o nobre Sr. Aurelio Vianna.

O SR. AURELIO VIANNA:

(Sem revisão do crador) — Senhor Presidente, nós nos parabenizamos porque o Senado aprovou as emendas da Comissão de Finanças e, ao certo, aprovara, em última instância, o Projeto de Lei do Senado nº 49, de autoria dos ex-Senadores Zacharias de Assumpção e Martins Junior.

O projeto trata da aquisição, pelos seus ocupantes, de terras da extinta Estrada de Ferro de Bragança, no Estado do Para.

O assunto "terra" vem-se tornando explosivo em todas as regiões do globo.

O camponês sem terra luta e porfia por possuí-la, e aqueles que possuem terra lutam para não perdê-la. Um grupo intermediário deseja uma melhor distribuição de terra para que a humanidade não sofra da fome crônica que ameaça destruí-la, aniquilá-la.

Os jornais de hoje publicam que um cidadão norte-americano — filho de outra nacionalidade, pouco importa — chegou ao Brasil para se defender das acusações que pesam sobre ele. Este cidadão, segundo os jornais, comprou em nosso País áreas territoriais que são maiores que as de algum Estado, ou pelo menos de um Estado da sua Pátria, da Norte-América. A porção de terra que esse homem adquiriu no Brasil é muitas vezes maior, em área, do Estado da Guanabara. E os jornais do Brasil, noticiam que as comprou para negociações e nos Estados Unidos da América do Norte, publica anúncio para revenda dessas terras, adquiridas no nosso País, e como chamaria revelia que as mesmas possuem minerais preciosos.

Sr. Presidente, num País de classe dirigente organizada, de políticos conscientes das suas responsabilidades específicas, este assunto seria levado na mais alta consideração. Estaria sendo debatido não somente na imprensa, como nas reuniões parlamentares, estaria sendo focalizado, particularmente, pelos políticos interessados na segurança nacional e na preservação do patrimônio que pertence à coletividade brasileira. E bem verdade que o Executivo Federal está tentando deslindar a trama, desvendando essa espécie de mistério das terras vendidas a estrangeiros, particularmente a cidadãos norte-americanos.

Sr. Presidente, segundo os jornais, tentara esse cidadão um entendimento com o Presidente do IBRA e que este não quisera recebê-lo, como não o recebeu. Naturalmente os informes a respeito da operação de venda de terras brasileiras a cidadãos estrangeiros e, particularmente, no caso, ao

tal cidadão, são tão paves e tão sérios, vêm causando tanto asco, que não houve possibilidade de ser recebido este cidadão daquele País amigo.

Nós fazemos para marcar a nossa posição. E os meses, principalmente nos tempos que correm, que não temos despertar a consciência nacional através da tribuna do Senado ou da tribuna da Câmara dos Srs. Deputados. Mesmo porque, nos tempos que correm, o povo sente ou pressente que o Congresso Nacional não tem os poderes que deveria ter. Daí certa dose de desinteresse pelos trabalhos parlamentares. O Congresso, está como que preso, enfiado, como que revestido de uma camisa-de-força. Críticas as mais severas são feitas ao comportamento da Oposição no período atual, num estudo comparativo entre a Oposição, as suas atividades e atitudes, antes do Movimento Armado que eclodiu em 1934, e os tempos de hoje, como se a Constituição vigente ainda fosse a de 1946, como se o Regimento Interno e o Regimento Comum ainda fossem os mesmos, como se a tramitação dos projetos de lei ainda obedecesse as mesmas normas, aos mesmos critérios. Naqueles tempos, a União Democrática Nacional e outros Partidos menores, poderiam impedir por muitos dias por muitas sessões por muitos meses a aprovação de certos projetos, particularmente os oriundos do Chefe do Executivo Federal. Hoje, quando a Maioria não deseja assumir a responsabilidade da aprovação de um projeto do Executivo com emendas ausentes de do plenário, porque no fim de "X" dia, o projeto é automaticamente promulgado pelo Chefe do Executivo, na sua substância original.

A impressão é que o Congresso, Maioria e Minoria, sente tão de perto essa questão que, num certo sentido, está-se tornando indiferente.

Nada adiantou a Maioria ter sugerido emendas e concordado com emendas apresentadas ao projeto de fixação dos subsídios dos vereadores. Passos perdidos, caminhadas perdidas e quantas opiniões, como a do Líder da Maioria, jogadas ao esquecimento, relegadas a segundo, terceiro e quarto plano! Depois de muito trabalho, vai o projeto à sanção e é integralmente vetado.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AURELIO VIANNA — Com grande prazer.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Creio que se o Senado houvesse adotado, como devia ter feito, o substitutivo vindo da Câmara, o veto, pelo menos não seria total. Quando muito, seria parcial. V. Exa. sabe que o substitutivo da Câmara não chegou consideravelmente o projeto remetido pelo Senado. Com surpresa para boa parte dos Srs. Senadores foi relegado o substitutivo vindo da Câmara...

O SR. AURELIO VIANNA — Data vênha, creio que segundo o pensamento de V. Exa., porque quase a totalidade do Senado votou contra o substitutivo da Câmara.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Estou afirmando justamente isso.

O SR. AURELIO VIANNA — Quase a totalidade, com exceção de um ou dois Senadores. V. Exa. revelou o seu pensamento.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Mas o que estou justificando, o que estou afirmando não haver compreendido é que o Senado, tendo recebido da Câmara um substitutivo que melhorava o projeto substancialmente...

O SR. AURELIO VIANNA — Segundo V. Exa., não segundo o Senado. Para V. Exa. o substitutivo da Câmara melhorava substancialmente

o projeto, mas para a totalidade dos Senadores, menos V. Exa., o substitutivo da Câmara era muito inferior ao projeto votado pelo Senado.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Isto V. Exa. não concluirá assim e a prova é que o projeto remetido a Câmara foi totalmente vetado.

O SR. AURELIO VIANNA — Ora, não significa que o veto do Presidente da República ao projeto tivesse sido porque o Senado não aprovou o substitutivo da Câmara. Tanto assim é que os líderes...

O Sr. Aloysio de Carvalho — Não estou afirmando que fosse por esse motivo. Estou afirmando que, se tivesse sido remetido a sanção o substitutivo vindo da Câmara e aprovado pelo Senado, talvez o veto não tivesse sido total.

O SR. AURELIO VIANNA — É exatamente o que estou dizendo: se tivesse sido aprovado o substitutivo da Câmara provavelmente o Veto teria sido parcial, mas não total.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Esta é a minha opinião.

O SR. AURELIO VIANNA — Esse é o pensamento de V. Exa. Mas os líderes do Governo no Senado, quando consultados sobre as emendas no vai-e-vem, nos contactos com o Executivo, não pensavam assim. Quanto que o pensamento da Câmara competente para opinar sobre as emendas da Câmara prevaleceu no Plenário. Houve, praticamente, unanimidade e o projeto foi a sanção, não no pressuposto de que seria rejeitado ou vetado integralmente, quando muito, um ou outro dos seus dispositivos.

De qualquer maneira, o Senado vem fazendo um trabalho que deve impressionar a opinião pública brasileira. E isto sei se estará disposto a continuar no rush de sempre.

Quando temos as estatísticas — hoje eu conservava com a memória — as estatísticas sobre esse fato — sempre observados a ficar impressionados com a atividade dos Senadores.

Em conferência pronunciada na Universidade de Brasília, sobre a estrutura e o trabalho desenvolvido pelo Senado Federal, eu dizia, apresentando as estatísticas, que o Senado ainda é o grande desconhecido deste País. Realizou, no ano passado, 124 sessões ordinárias. Quando se diz que nos vivemos de sessões extraordinárias, que são em maior número que as sessões ordinárias, as estatísticas revelam que, durante todo o ano passado, o Senado realizou 42 sessões extraordinárias. E os Senadores compareceram, pela sua maioria, a 234 sessões, inclusive as de veto. Eu dizia aquela estudentada seguinte: por saber como funcionava o Senado Federal: as sessões que deixaram de ser realizadas foram 21; por dias sacrificados, 9 por falta de número, 10.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Por falta de número para deliberar.

O SR. AURELIO VIANNA — Sim. Por falta de número para deliberar, 10.

As Comissões Permanentes realizaram 124 sessões ordinárias e 133 sessões extraordinárias.

E eu dizia aos estudantes: não permitam vocês que nos receberem pelas sessões extraordinárias que as Comissões realizam.

Então, realizamos 237 sessões nas Comissões, além das 284 sessões — as ordinárias, as extraordinárias e as de veto.

Fiz também observações, lá mesmo, sobre os defeitos do Senado, sobre as deficiências do Senado. Mas quando eu disse aos estudantes que era de comover, numa reunião de Comissão Mista, vemos um Senador de uns 80 anos de idade, ex-Ministro de Estado, às 3 horas da manhã, cumprindo seu

acover, como o fez à semana tri-ata o Senador Menezes Pimentel, isso causou certo espanto, porque geralmente apresentamos ao Brasil a parte negativa, nunca nos lembramos da parte positiva. Alguns de nós não gostamos que estivessemos aqui, achamos criticando e condenando. Quando falamos sobre a parte positiva, sentimos que há certas coisas, naquele outro sentido. Por isso, gostaria de dizer que aos universitários também mostrei as deficiências, não só, mais de sistema, mais de regime. As causas são mais profundas, mais de mentalidade.

Al grande o acervo dos trabalhos apresentados. Inclusive, quando se encontram funcionários que não trabalham com um grupo que, academicamente, cumpre o seu dever. Para atender-se a esse acervo, um grupo de assessores estudou 111 projetos no ano, bate 764 pareceres a máquina; para os 913 projetos, os 913 pareceres que as Comissões aprovaram durante o ano, porque diversos Senadores prepararam os seus pareceres, batendo-os a máquina eles próprios ou através de sua secretaria particular.

Isso também causou e panto, assombro.

O Sr. Guido Mondin — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O Sr. AURELIO VIANNA — Com prazer!

O Sr. Guido Mondin — Eu queria apenas dizer a V. Ex^a que a sua participação, naquela série de conferências promovidas pela Universidade, foi extremamente oportuna. Eu me preocupava com notícias que me eram trazidas por estudantes, de que colegas, nossos, da Câmara, dos Deputados, que participaram dessas conferências, faziam questão de frisar que nós, os Senadores, vivendo em extrema comodidade, éramos acompanhados de uma corte de funcionários no nosso trabalho. Cada um de nós tinha, assim, dezenas de funcionários a nosso redor, desfigurando a realidade. Agora, eu fico sabendo que o nosso colega Senador Aloysio de Carvalho também vai pronunciar uma palestra na Universidade.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Não vou trabalhar com estatística, como o Senador AURELIO VIANNA.

O Sr. Guido Mondin — De qualquer forma, é necessário que se diga a verdade. Os estudantes que vieram comentar as conferências comigo, estavam impressionados com a "corte". Ora, de vez em quando se pode criar a corte, mas nós não a temos.

O Sr. AURELIO VIANNA — Senhor Presidente, Srs. Senadores, quando nós dissemos que, das 59 emendas apresentadas por Senadores, a projetos da Câmara e que para ali foram a fim de serem estudadas pela outra Casa do Congresso Nacional, apenas 7 foram rejeitadas e 52 aceitas, perguntei à estudentaria: a Câmara — de fato, não de palavras — reconheceu ou não o trabalho de aperfeiçoamento das suas proposições, feito pelo Senado da República? Se em 59, aceitou 52 e rejeitou 7?

O Sr. Aloysio de Carvalho — Permite V. Ex^a um aparte?

O Sr. AURELIO VIANNA — Pois não.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Dá ser razoável a tese de que o Senado, no sistema bicameral brasileiro, devia ter como câmara-revisora. Ele não teria a iniciativa de projetos sobre matéria geral, senão como agora sobre o Distrito Federal, mas os projetos de interesse geral partiram da Câmara, sendo o Senado a câmara-revisora e as emendas dele, para serem rejeitadas pela Câmara, exigiram "quorum" especial. A informação que V. Ex^a presta a respeito da aprovação das emendas do Senado mostra o alto papel de câmara-revisora que o Senado desempenha.

O Sr. AURELIO VIANNA — Era a tese do meu velho amigo, Professor João Mangabeira.

O Sr. Aloysio de Carvalho — João Mangabeira era pelo regime unicameral e só agora mudou a sua posição, concordando com o modo de operar de câmara-revisora, sua ideia desta Casa contra a mudança importante, como seria, por exemplo, a escolha de altos titulares da Justiça e da Administração pública.

O Sr. AURELIO VIANNA — Porque o Professor João Mangabeira, unicameralista conhecido e confesso, não entendia a seguinte tese: desde que não é possível o estabelecimento do sistema unicameralista no Brasil, vamos fortalecer o Senado. Esta era a tese honestamente defendida pelo grande baiano João Mangabeira.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Fortalecer o Senado, abstraindo-se a ficção de que o Senado representa a Federação.

O Sr. AURELIO VIANNA — Exato.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Não há nenhuma razão para mantermos essa ficção.

O Sr. AURELIO VIANNA — Tanto que ele defendia, também, nas memoráveis reuniões daquela comissão, organizada com figuras como Nereu Ramos, Hermes Lima, Barbosa Lima Sobrinho, ...

O Sr. Aloysio de Carvalho — Foi uma comissão organizada pela Fundação Getúlio Vargas.

O Sr. AURELIO VIANNA — Fundação Getúlio Vargas! Exatamente. Ele defendia, também, que as emendas do Senado, como órgão revisor que deveria ser, para serem rejeitadas pela Câmara, deveria haver um "quorum" especial.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Foi exatamente o pensamento que transmiti, há pouco, a V. Ex^a.

O Sr. AURELIO VIANNA — ... de tal modo que a Câmara não pudesse, por maioria simples, rejeitar essas emendas desejadas, que o Senado tivesse a projetos seus. Mas e outra questão.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Na realidade brasileira, nós temos visto que muitas vezes o Senado toma a iniciativa de determinado projeto, para ficar com o direito de dar a última palavra. O projeto vai para a Câmara, a Câmara modifica-o, volta para o Senado, que, em última análise, é quem fala por derradeiro sobre o projeto. Isto cria entre Câmara e Senado, muitas vezes, estes melindres. A Câmara não quer aprovar o que o Senado votou, apresenta um substitutivo; e nós aqui, também, no sentido de melhorar, apresentamos substitutivo. Nisso se perde um tempo enorme na elaboração legislativa.

O Sr. AURELIO VIANNA — Num certo sentido, com certa razão da parte do Senado, porque rejeitando-se as emendas do Senado, por maioria simples, então tantas vezes quisesse uma maioria simples, que é fácil de se organizar, tantas seriam as emendas do Senado rejeitadas. Daí a sugestão Mangabeira.

Mas também se dizia, e ainda se espalha pelo Brasil, que o Executivo Federal se não executa bem, se não realiza uma política de desenvolvimento e de salvação nacional, é porque o Congresso Nacional não lhe fornece os meios para isto.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Esta é a opinião generalizada do País...

O Sr. AURELIO VIANNA — Exatamente.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Em qualquer área do território nacional a que V. Ex^a vá, só encontra o pensamento de que quem tolhe a ação do Executivo no desenvolvimento do Brasil é o Congresso Nacional.

O Sr. AURELIO VIANNA — Ainda apresentei as estatísticas: a votação presidencial foram submetidos, no ano passado, 213 projetos, 113 pela Câmara dos Deputados e 100 pelo Senado. A maioria dos projetos não chegou a ser votada.

Porque é por falta de trabalho e de debates, que o Executivo provavelmente deixará de realizar uma política, como a esta, inclusive porque muitos projetos são os projetos enviados pelo Poder Executivo que não são aprovados ou modificados para melhor pelo Congresso. Por que para melhor? Porque se formos analisar os projetos de emenda aceitos pelo Executivo e criados os projetos integralmente com os vetados parcial ou integralmente superaram muitos projetos votados parcial ou integralmente.

E está aqui a estatística: de 248 votos e sete apenas deixaram de ser sancionados.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Você Excelência poderia acrescentar que o aperfeiçoamento feito pelo Congresso aos projetos do Executivo é muitas vezes de simples texto ou de simples redação. Tivemos, nos dois últimos anos, os técnicos redigindo projetos que seriam incompreensíveis para o grande público. Veio ao Congresso, uma ocasião, um texto de projeto de lei em que, depois de algumas afirmativas, vinham um etc. Isto num texto de lei, texto que seria lei.

O Sr. AURELIO VIANNA — Senhor Presidente, termino.

Os apartes que recebemos ilustram e dão vida a estas apreciações sobre o funcionamento do Congresso Nacional, particularmente do Senado da República. Quando nós estudamos esse Orçamento, que é um orçamento de metas, não é um orçamento-programa, o próprio Executivo Federal, frontalmente, despositivo constitucional e legais, com o envio desse orçamento, na forma como foi elaborado. Mas quando estudamos o projeto e que ouvimos de um relator: essa alteração foi feita de acordo com o Executivo, essa alteração foi também feita de acordo com o Executivo, e mais esta outra, e a esta outra também, e assim são dezenas de alterações feitas "para melhorar" o projeto de Lei Orçamentária, então, concluímos que, na verdade, precisamos de ter mais independência constitucional e legal, para uma análise, em mais profundidade, particularmente, da grande Lei de Meios. Esta, para alguns, é a razão da existência de um Congresso, a principal razão, porque, temos muito mais sensibilidade para compreender os problemas vitais deste País do que alguns homens, muitas vezes capazes, que seriam bons instrumentos dos políticos mas não seus mentores nem seus orientadores. Muitos mitos, muitas vezes, estão muito fora da grande realidade brasileira, da grande realidade nacional. Tanto assim é que, quando nós os convocamos e traçamos as linhas, eles funcionam maravilhosamente, mas, quando as linhas mestras são traçadas por eles, saem esses mostrengos que vemos por aí.

Orçamento Federal da República, que não pode ser debatido como em outras épocas, por motivos que todos conhecemos. É o exemplo palpável da tese que estamos defendendo.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Não sei se V. Ex^a a conferência que fez na Universidade e que foi tão aplaudida, segundo o testemunho do nobre colega Senador Guido Mondin — testemunho no qual acredito, absolutamente — não sei se V. Ex^a mostrou a posição de inferioridade e pantosa em que fica o Senado, na votação do Orçamento da República. O Senado não tem vez, o Senado não tem voz. Isso vem acontecendo há mais de 20 anos, desde 1946. E até aqui o Senado não tem apresentado qualquer resistência à maneira como vota o Orçamento a República.

O Sr. AURELIO VIANNA — Minha vez com Pinheiro Machado, que prendia os anexos, na época em que a Constituição era outra. Impunha à Câmara certas e determinadas medidas que, à última hora quase sempre eram aceitas, sob pena de o País não ter Orçamento, ou ter o orçamento anterior prorrogado, por falta de votação do novo.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Sabe V. Ex^a que, no tempo de Paulo de Frontin e de Irineu Machado, o que os dois Senadores faziam, no Senado, era exatamente isso. Criavam tal situação que, se não fossem aprovadas as emendas deles, o Orçamento não sairia. É evidente que nenhum dos Senadores da nossa época seria capaz de comportamento de tal natureza. Mas a verdade é que não pode continuar a situação do Senado, em face do Orçamento. V. Ex^a, assim, estaria bem em condições de levantar a bandeira da votação conjunta do orçamento.

O Sr. AURELIO VIANNA — Sou partidário deste princípio, desde quando Deputado Federal, princípio levantado e sustentado pelo então Deputado Daniel Faraco; votação conjunta do Orçamento da República.

Na verdade, nós temos um Poder, que é o Legislativo, em distonia dissonante sempre. Nós estamos preocupados em retificar alguns senões que encontramos num dos Anexos, no caso do Ministério da Agricultura, e teremos que ir à Câmara, teremos que convencer a Comissão de que não existe da parte do Senado, motivo algum para a hostilizar, para hostilizar a outra Casa do Congresso Nacional.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Não sei de Deputados já vieram a V. Ex^a com emendas que estão fora do fato que a Câmara nos dá mas que o relator, na Câmara assegura que, se aprovadas aqui, terão aprovação lá.

O Sr. AURELIO VIANNA — É uma situação que não deve e nem pode continuar.

Sr. Presidente, V. Ex^a está relegando a estensão da minha hora, pelo que agradeço.

O Sr. Guido Mondin — Permite V. Ex^a outro aparte?

O Sr. AURELIO VIANNA — Com muito prazer.

O Sr. Guido Mondin — Permite V. Ex^a, antes de concluir, que eu estenda minha preocupação com a questão do orçamento a exigir de todos nós manifestação e amplos debates. Lembremo-me de aspectos que preocupam os Senadores representantes de quatro Estados incluídos na Superintendência da Fronteira Sudoeste. As cotas que nos são destinadas e das quais nós servimos para atender às solicitações que nos vêm da região, para hospitais, ensino etc., correspondem a porcentagem mínima diante da enormidade de pedidos que nos são encaminhados. Acresce que, após conseguirmos conciliar pequenas verbas estas não são pagas com o número de pedidos dando lugar a nos digam aqueles que representamos, que nós os atendemos, através de emendas que se chamam frias. Quando aqui chegou o diretor de faculdade sediada na fronteira sudoeste do Rio Grande, disse-lhe eu que lhe havia destinado verba deste Anexo. Ele, então totalmente desolado declarou: "então, sei que não receberei um tostão!" Isto não pode continuar. Preferível seria que não nos dessem coisa alguma, a fim de que não sofrêssemos, depois interpretações maldosas.

O Sr. AURELIO VIANNA — Nobre Senador, um dos assessores mais competentes e capazes e certo ministro esteve conosco. Dizia-nos ele: "O que nos impressiona não é a redução que o ministério que eu assessoro vem tendo nos seus percentuais; o que nos impressiona são os cortes

que o ministério vem recebendo, inesperada e surpreendentemente". Obras iniciadas são interrompidas, antes do fim do ano orçamentário, porque, não existe dotações no Orçamento. Não, elas existem. Entretanto, foram podadas, foram cortadas, foram reduzidas. E eu lamentava a redução que sofreu o Ministério da Educação e o Ministério da Agricultura. Então, alimentação para o físico e para o espírito, reduzimos, percentualmente, o orçamento do Ministério que satisfaz o espírito e do Ministério que satisfaz o físico, o estômago, quando, hoje, a maior preocupação de todos os povos que pensam em termos de responsabilidade é com a alimentação, é a nutrição do homem no seu sentido completo.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Com muito prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — A observação de V. Ex.^a é absolutamente certa, mas, sobretudo, nos proporciona a declaração desta verdade. Pior do que a votação tumultuária do Orçamento no Congresso é o desprezo que, ao Orçamento feito pelo Congresso, dá o governo, na sua execução. O que nós fizemos nada vale quer porque o Governo, por um decreto executivo e, às vezes, sem decreto nenhum, faz um plano de economia como se não houvesse sido votada uma lei orçamentária, quer porque o Governo se dá ao arbítrio — e não é este governo de hoje, não...

O SR. AURÉLIO VIANNA — Exato.

O Sr. Josaphat Marinho — ... é a continuidade dos governos da República — de só cumprir o Orçamento no que lhe convém. O absurdo chega a tal ponto que as próprias dotações destinadas — e V. Ex.^a o dizia em termos gerais — às instituições de educação e assistência social não são pagas. Ainda há dias, comparecendo à Câmara dos Deputados, o Ministro confessou que verbas especificadas no Orçamento, e destinadas a instituições em todo o país, haviam sido dadas, pelo Ministério respectivo, como garantia de operações realizadas.

O SR. AURÉLIO VIANNA — O aparte de V. Ex.^a tudo diz. Numa síntese admirável que colocou o problema como deve ser encarado e, daí, a revolta que está grassando, particularmente na Câmara dos Deputados, a pulverização das verbas através de destaques, o que é alguma coisa de impressionante, de dantesco.

Há Ministérios que, através de certos departamentos, se quisessem, não poderiam funcionar.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Ex.^a nova intervenção?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Pois não.

O Sr. Josaphat Marinho — Acreditamos, porém, que se for acatado o parecer que a Comissão de Constituição e Justiça deu, recentemente, examinando questão de ordem de nossa autoria, o Orçamento, no próximo ano, já não deve representar o auxílio do Governo, e sem um plano de administração em que haja colaboração, efetivação, o Poder Legislativo. Mesmo dentro dessa Constituição autoritária que aí está, se forem preparados os planos e programas anuais e plurianuais e convertidos em leis específicas, votadas pelo Congresso, é evidente que nós já não precisaremos fazer essa pulverização a que V. Ex.^a se refere, mas também já não teremos receio de que o Governo possa arbitrariamente, alterar as dotações orçamentárias, segundo interesses ou razões circunstanciais.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Plenamente de acordo com V. Ex.^a. Para é que a Câmara dos Deputados não tivesse tomado conhecimento — e seria impossível porque quem analisou

em primeiro plano o Orçamento foi ela — da sua consulta e da decisão da Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Ex.^a mais esta interrupção, apenas para um esclarecimento. Houve questão de ordem também suscitada, na Câmara dos Deputados, pelo nome Deputado João Borges, e a matéria foi encaminhada a uma das Comissões da Casa. Não sei, porém, a que conclusão teria chegado. Soube apenas, com surpresa, que o Presidente da Câmara dos Deputados teria interpretado a Constituição, no sentido de que os planos e programas nela previstos não são obrigatórios, mas facultativos. O Governo os elaborará em lei, se quiser. Se não quiser, continuará impondo o seu arbítrio ao Poder Legislativo, através dos orçamentos anuais.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Então, a impressão que tinha e que tenho é de que a Câmara, como um todo, não tem conhecimento de uma decisão semelhante à que tomou a nossa Comissão de Constituição e Justiça, porque, doutra maneira o Orçamento, que teria chegado à esta Casa, ali elaborado, ali aperfeiçoado, não teria a textura que tem o que analisamos.

O Sr. Josaphat Marinho — Este fato de certo modo, confirma a observação tão apropriada que V. Ex.^a há pouco, fez, sobre desconhecimento da atuação do Senado e das suas decisões. Esse desconhecimento ora decorre de deficiência dos nossos trabalhos, dos nossos serviços, mas também decorre muito da ignorância propagada do Governo sobre o que o Poder Legislativo está operando, particularmente sobre o que está fazendo o Senado. Veja V. Ex.^a o que ocorreu — e para acentuar fato já referido em seu discurso — com o Projeto de remuneração dos vereadores. O projeto originou-se nesta Casa. Foi amplamente discutido. A imprensa, no caso deu-lhe grande realce. O Governo não opôs restrição, nem aos termos do projeto do nobre Senador Cattete Pinheiro nem às conclusões do parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Daqui, o projeto foi à Câmara. Sofreu, ali, modificação radical. Voltou a esta Casa. Não se sabia, também, de nenhuma orientação segura, clara, do Governo sobre o conteúdo do novo projeto: sabia-se, apenas, que o Governo era favorável a uma disposição que limitava o teto da despesa a 3% da Receita Orçamentária. Quanto ao mais, não se sabia de impugnação. A matéria foi discutida na Comissão de Constituição e Justiça, foi amplamente apreciada neste Plenário, inclusive através da palavra e de observações de V. Ex.^a. Toda a Casa — mas toda a Casa, sem ressalva de ninguém — manifestou-se favorável ao projeto. Ocorreu mesmo que o Líder do Governo fez declaração de voto sobre as razões pelas quais se havia manifestado pelo projeto do Senado, repellido o da Câmara. Apesar de tudo isso, o Governo vetou totalmente o projeto, sem nenhuma razão fundamental, sem justificação ponderável, pois que as razões do veto não legitimam a impugnação total ao contexto do projeto. Se o Governo desse a devida atenção ao Poder Legislativo, ao Senado, não poderia ter coordenado com os Líderes da Maioria, nas duas Casas do Congresso, durante a tramitação da matéria, o texto considerado aconselhável? O que precisa ser dito não é que o projeto da Câmara era, porventura, mais aceitável que o do Senado. O que precisa ser dito, e que é uma realidade, é que o Governo vetou o projeto para impor, depois, ao Poder Legislativo, a sua vontade, a sua arbitrariedade, como está fazendo na generalidade dos projetos que tramitam no Congresso Nacional.

O SR. AURÉLIO VIANNA — E se a Câmara era mais aceitável, por

que o Governo não disse? Não tinha a sua Liderança? E por que esta se manifestou, publicamente, contra o da Câmara e a favor do Projeto do Senado?

O Sr. Josaphat Marinho — V. Ex.^a vai ver: no final surgiu um projeto de acordo com as exigências do Planalto.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Assim, Sr. Presidente, terminando as nossas observações, desejamos sinceramente e honestamente que neste problema da terra o Governo tome o caminho acertado: continue inquirindo, pesquisando, para descobrir os verdadeiros responsáveis pela cessão de uma boa parte das boas terras de nosso País a estrangeiros.

Nossa posição é esta: de crítica permanente e construtiva.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite ainda V. Ex.^a um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Pois não.

O Sr. Josaphat Marinho — Esses fatos não são muito conservados. Nem podem ser. Ainda há pouco, numa discussão na tarde de hoje, um illustre prócer da ARENA se levantou neste plenário, que o IBRA para cumprir suas tarefas de reforma agrária viaja sempre de avião, dos mais novos encontrados no mercado internacional. Viajando pelos ares, tem pouco tempo de ver as penetrações de estrangeiros na terra brasileira.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Com esse aparte, termino. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Continua em discussão o projeto. (Pausa).

Se mais nenhum Senador quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Encerrada.

Não tendo havido emendas nem requerimento no sentido de ser a matéria submetida à votação, é a mesma dada como definitivamente aprovada, nos termos do Art. 272-A do Regimento Interno.

Vai à Câmara dos Deputados.

E' seguinte o projeto aprovado:

PARECER Nº 680, DE 1967

Da Comissão de Redação

Redação do vencido, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 1965.

Relator: Sr. Carlos Lindenberg.

A Comissão apresentada a redação do vencido, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 1965, que loteia, para aquisição pelos seus ocupantes, as terras da extinta Estrada de Ferro de Bragança, no Estado do Pará, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1967. — José Feliciano, Presidente Carlos Lindenberg, Relator. — Bezerra Neto.

ANEXO AO PARECER Nº 680-67

Redação do vencido, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 1965, que loteia, para aquisição pelos seus ocupantes, as terras da extinta Estrada de Ferro de Bragança, no Estado do Pará, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As terras do patrimônio da extinta Estrada de Ferro de Bragança, localizadas no Estado do Pará, serão loteadas, para aquisição pelos seus ocupantes, colonos e moradores, em áreas que não excedam a 20m (vinte metros de frente por 50m (cinquenta metros) de fundos, para residências, e 200m (duzentos metros) de frente por 500m (quinhentos metros) de fundos, para colônias agrícolas.

§ 1º Considera-se ocupante, para os efeitos deste artigo, o possessor cuja posse for efetiva à data da publicação desta Lei.

§ 2º Os lotes adquiridos na forma desta Lei não poderão ser negociados antes de decorridos 5 (cinco) anos da data em que for lavrada a escritura definitiva.

§ 3º As terras desocupadas e as ocupadas por quem não preencha as condições estabelecidas neste artigo serão transferidas à propriedade do Estado do Pará, que as utilizará para os mesmos fins previstos nesta Lei.

Art. 2º As edificações de qualquer espécie e os bens móveis de qualquer natureza, de propriedade da extinta Estrada de Ferro de Bragança serão, também, transferidos ao patrimônio dos Municípios onde estiverem instaladas e se destinarão à exclusiva utilidade pública com finalidades sociais.

Art. 3º O material rodante e seu equipamento, as máquinas das oficinas de manutenção, as ferramentas e os materiais de consumo permanecerão como propriedade da Rede Ferroviária Federal S. A.

Art. 4º As operações de transferência de propriedade entre a Rede Ferroviária Federal S. A., o Estado do Pará e os Municípios, relativas aos bens de que trata esta Lei, far-se-ão sem nenhum ônus para o Estado e Municípios.

Art. 5º As operações de alienação, de fluentes do disposto no artigo 1º desta Lei, serão processadas através de regulamentação, que fixará prestações mensais não excedentes a 30% (trinta por cento) do salário-mínimo regional.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama).

Item 2:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer Nº 681, de 1967), do Projeto de Resolução nº 75, de 1967 que suspende, em parte, a execução da Lei nº 3.085, de 27 de agosto de 1964, do Município de Campinas.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Senhores Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Não havendo emendas nem requerimento para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada independentemente de votação, nos termos do art. 316-A do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

E' a seguinte a redação final aprovada:

PARECER Nº 681, DE 1967

Da Comissão de Redação Redação final do Projeto de Resolução nº 75, de 1967,

Relator: Sr. Carlos Lindenberg.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 75, de 1967, que suspende, em parte, a execução da Lei nº 3.085, de 27 de agosto de 1964, do Município de Campinas.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1967. — José Feliciano, Presidente Carlos Lindenberg, Relator. — Bezerra Neto.

ANEXO AO PARECER Nº 681-67

Redação final do Projeto de Resolução nº 75, de 1967.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 45, nº IV,

da Constituição Federal, e em,
Presidente, promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO Nº ..., DE 1957

Suspende, em parte, a execução da
Lei nº 3.055, de 27-3-54, do Município
de Campinas.

Art. 1º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal proferida no recurso ordinário em Mandado de Segurança nº 15.471, do Estado de São Paulo, a execução da Lei nº 3.055, de 27 de março de 1954, do Município de Campinas, no que concerne à estabilidade da titularidade adicional nela prevista, com relação ao período anterior à sua vigência.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está estotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

O primeiro é o nobre Senador Josaphat Marinho, que cedeu sua inscrição ao nobre Senador Aurélio Vianna. Pergunto se S. Exa. deseja usar novamente da palavra.

O SR. AURELIO VIANNA:

Desisto da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o Sr. Senador Gilberto Marinho. (Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Marcello de Alencar. (Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Senador Desiré Guarani.

O SR. DESIRÉ GUARANI:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, há 23 anos isto é, em 1944, ao participar da reunião de Bretton Woods, a delegação brasileira, presidida pelo Ministro Souza Costa, apresentou a seguinte indicação:

"Eugere-se portanto que, para atingir os objetivos de Fundo Monetário Internacional e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, seja convocada uma Conferência das Nações Unidas e Associações a fim de promover a estabilidade dos preços dos produtos agrícolas e matérias primas, formulando recomendações adequadas para o crescimento de um comércio internacional equilibrado".

E ao apresentar essa proposição ao exame de cerca de 40 países participantes, em 1944, o Brasil tinha em vista que a partir de 1923 a disparidade entre os preços dos produtos agrícolas e matérias primas tem sido o maior fator de desequilíbrio do comércio internacional.

Na reunião de 25-29 do setembro último do FMI, e do BIRD no 105 de janeiro, com a presença de 105 países, a tônica dos discursos e a preocupação maior dos Delegados foi o preço das matérias primas e as conseqüências de deterioração do comércio internacional em prejuízo dos países pobres, pois apesar da existência desses organismos, criados para diminuir as dificuldades das transações comerciais entre as nações, algumas poucas nações industrializadas são responsáveis por 80% de todas as importações e exportações que marcam o intercâmbio mundial, pois mais de cem países subdesenvolvidos não respondem sendo por 10% (sem o petróleo), dessas mesmas trocas. Por tais razões é que o Instituto do Direito Especial de Saque, criado na reunião do Rio de Janeiro, é de interesse apenas das nações ricas,

pois com comércio tão insignificante os países subdesenvolvidos não praticam de mais comércio para inanição.

Além disso, como tem sido destacado pelos economistas preocupados com a situação das nações pobres, a tendência ao crescimento das exportações dos produtos primários e sua consequente substituição por sucedâneos tem prejudicado de forma dramática os países subdesenvolvidos. E essa tendência, aliada à crise de importação de produtos industrializados, tem levado ao desequilíbrio econômico, esgotamento de equipamentos e produtos necessários, e à consequente perda de competitividade desses países.

Essas circunstâncias e que levaram o representante do Brasil a declarar que o Brasil se está tornando um país pobre, não são as únicas que nos afetam, pois a situação econômica mundial tem sido tal para os países pobres, o que, como vimos, tem levado a uma situação no campo comercial, sendo as nações ricas em vigor a perdas consideráveis para reduzir ainda mais a participação das nações em desenvolvimento no comércio mundial.

Considerando os termos dos artigos em reuniões internacionais, não resta dúvida de que a instabilidade econômica mundial do Rio de Janeiro foi uma, pois nesse encontro ficou claro que os empréstimos do BIRD, e suas limitações para educação são simples paliativos para encobrir a situação das causas básicas dos desvios no mercado internacional decorrentes do preço dos produtos primários, pois se estes fossem pagos pelo preço justo estes fossem pagos pelo preço justo necessidade de ajuda externa.

O chamado Grupo dos 10, constituído da Alemanha, França, Bélgica, Holanda, Dinamarca, Inglaterra, Suécia, Japão, Canadá e Estados Unidos, detém o poder decisório do FMI e do BIRD, que nada tem feito para melhorar as condições dos países em desenvolvimento, apesar dos relatórios unânimes o contrário, pois a verdade é que de todos os empréstimos e financiamentos que os países subdesenvolvidos recebem, apenas cerca de 20% podem ser realmente aplicados em investimentos para o desenvolvimento do país, pois os restantes 80% são só para pagar juros ou amortizar empréstimos anteriores, e isto em empréstimos que devem ser pagos em prazos desastrosamente curtos. Antes mesmo que as estradas, estradas ou usinas elétricas entrem em funcionamento e contribuam para a riqueza da nação que se endividou no ramo externo. Tal esquema faz com que o país assistido tenha de recorrer a emissões para supantar a execução dos projetos de desenvolvimento, o que se torna causa de inflação nos países pobres.

A realidade dessa situação é que levou o Sr. Pierre Paul Schweitzer, Diretor-Gerente do FMI, a proclamar que "não podemos deixar passar despercebida a discrepância entre a atenção dada ao problema dos preços dos produtos primários exportados pelos países em desenvolvimento e a atenção de soluções úteis surgidas nos últimos vinte anos".

E o fato de os países ricos, preocupados só com os problemas de suas estruturas internas, terem sido os únicos que ficaram satisfeitos com os resultados do FMI, prova que os países pobres devem estudar novas fórmulas de comércio internacional, uma vez que ainda são remotas as possibilidades da adoção de um sistema efetivo de proteção aos preços dos produtos primários, pois a maioria dos Delegados à reunião do Rio de Janeiro retornou aos seus países convencida de que os países continuavam pobres e os ricos só têm a acrescentar mais em suas economias.

Talvez nem mesmo o "slogan" de "Trade and not Aid" seja a solução para esse problema em que os subdesenvolvidos pagam ninharia pelo que exportamos e depois nos oferecemos caridade, pois em apenas um ano a

perda nas relações comerciais dos latino-americanos com os desenvolvidos foi da ordem de um bilhão de dólares, superior, portanto, a toda ajuda que receberam para o seu desenvolvimento.

Há necessidade, portanto, de formarmos novas sustentadas em decisões executivas que possam permitir seja estabelecida cada vez mais a igualdade econômica entre nações ricas e pobres.

Entre os acordos internacionais para o café e para o açúcar, que limitam apenas entre produtores e consumidores, como a produção e a exportação que pode ser apreciada no sentido de equilíbrio a distribuição dos preços do mercado internacional. E a proposta de uma comissão do seu acordo geral com os países produtores exportadores de produtos primários. A solução não está em se exigir cada vez mais a redução de uma parte das subdesenvolvidos para exportar quantidades crescentes de produtos primários a fim de lograr a compensação da queda dos preços destes, mas talvez na criação de comissões dos produtos primários, numa esquema em que se estabeleça que se o preço do produto primário decresça, a sua taxa de ser diminuída e se o preço se eleva, a taxa do mesmo produto deve ser ampliada, como foi recentemente estabelecido em Londres para o café. Mesmo porque continua apenas na letra e aguardando implementação a sua aplicação a cláusula VII da recomendação de julho de 1944 da Bretton Woods, de que se deve "promover o comércio equilibrado de matérias-primas, a preços equitativos, tanto para o produtor como também para o consumidor".

Buscando solução objetiva para esse problema, os subdesenvolvidos, tendo em vista que os saques no FMI, para enfrentar problemas temporários, são proporcionais às reservas em ouro que cada país mantém junto ao órgão, pleitearam que os estoques dos produtos básicos dos países pobres também fossem considerados como reservas. Mas os países industrializados, por o interessados no financiamento de desenvolvimento, não se interessam essa expectativa, como ainda se devam novas vantagens, para a solução de problemas de balanço de pagamentos, em prejuízo dos países subdesenvolvidos, na realização de um processo que parece não ter fim: o de que os preços dos produtos dos países subdesenvolvidos continuem a declinar, sem perspectiva de alteração na tendência. E isto leva a crer que a política do FMI é demasiado rígida e que, em certos casos, tem até retardado o processo de desenvolvimento.

Essa preocupação é dominante nos países subdesenvolvidos, inclusive da América Latina, cujos integrantes reivindicam uma diminuição do crescimento de sua renda per capita de 1,2 por cento no período de 1953-55, e de 1,7 por cento no período de 1955-58, o que, mais uma vez, reflete a deterioração dos termos de comércio entre os países industrializados e os latino-americanos.

Outros pontos, básicos para os países pobres, que foram tratados com ênfase na reunião do Rio de Janeiro e de que se fez porta-voz o representante de Honduras, o ministro Manuel Acosta Bonilla, são os que dizem respeito aos empréstimos para as despesas locais na implantação dos projetos financiados pelo BIRD e o dos preços dos equipamentos nacionais dos subdesenvolvidos que podem ser adquiridos em concorrência internacional entre os países membros do FMI e das a Suca, que não faz parte do Fundo. E, abordando tais problemas, assim se manifestou o Ministro de Economia de Honduras:

"Os países da América Latina e das Filipinas consideramos que há urgente necessidade de ação no sentido de recapitalizar a Associação Internacional para o De-

envolvimento (IDA), cujos fundos já estão esgotados, procurando que os países industrializados ainda não se decidiram a tomar num futuro imediato, apesar dos dramáticos e repetidos apelos feitos publicamente pelo Presidente do Banco Mundial. Não obstante, esperamos que a nova fase de operação a ser criada seja capaz de conseguir uma distribuição mais ampla e equitativa de seus créditos para os países membros, tal como uma reorientação expressiva".

Esperamos também que a organização em curso para a reposição dos fundos da Associação Internacional para o Desenvolvimento (IDA) possibilite a essa instituição continuar sua política de créditos humanos. Já tivemos ocasião de afirmar que esses créditos quando encarecem o custo do equilíbrio necessário para levar a cabo os projetos financiados por organismos internacionais.

Acrescentamos que o fato de o Banco Mundial financiar a produção de bens e serviços em escala local dos países tomadores de empréstimos constitui um problema importante das técnicas de financiamento para o desenvolvimento, facilitando dessa maneira a cooperação internacional em benefício do crescimento de nossos países. Consequentemente, julgamos indispensável que se continue e que se reforce essa política.

Existem várias razões importantes nas quais baseamos nosso apoio à ampliação dessa política. A utilização de crédito para financiar despesas locais estimulará a eficiência da indústria local de tal maneira que estará capacitada para obter licitações internacionais com a única diferença de percentagem que for estabelecida a seu favor. Da mesma maneira, os programas de estabilização adotados por muitos dos nossos países seriam reforçados com o financiamento das despesas locais pelo Banco Mundial, evitando as pressões inflacionárias resultantes da necessidade de prover recursos locais para utilizar os créditos externos. No caso dos projetos agrícolas e educacionais, nos quais a participação do Banco foi recebida com aprovação geral, uma redução do financiamento de despesas locais tornaria muito difícil, na prática, a sua execução. Finalmente, cremos que uma ampliação adicional dessa política consistiria em dar tratamento de despesa local as compras feitas por um país membro dentro de uma zona de integração econômica da qual participa.

É igualmente importante dentro do mesmo conceito de financiamento de despesas locais que no caso de despesas já aprovadas a parte dos recursos que, para as compras no exterior possa ser enviada para as compras efetuadas no país, na medida em que a indústria nacional tenha capacidade para concorrer, com o auxílio do tratamento especial estabelecido a seu favor, no âmbito das tarifas alfândegárias.

Além das razões já mencionadas para apoiar esta teoria geral, é necessário indicar que um projeto aprovado um projeto e o correspondente por parte do Banco, a indústria nacional continua progredindo e, em muitos casos, alcança condições de concorrência, o que resulta na criação de situações discriminatórias nas quais não podemos concordar. Estas situações, além de se constituírem em fatores negativos para o desenvolvimento interno, criam um ambiente contraproducente para as autoridades nacionais e para o Banco.

Por outro lado, uma vez aprovado um projeto e o empréstimo

correspondente, o financiamento interno complementar do projeto é conjuntamente aceito. Consequentemente, como regra geral, não existindo a possibilidade de obter a flexibilidade proposta para os empréstimos do Banco, não se pode recorrer à contribuição interna correspondente sem produzir dificuldades de financiamento. Isto implicaria também em atrasar, por vezes de maneira decisiva para o desenvolvimento econômico, a execução do projeto ou a expansão da indústria nacional que está em condições de concorrer com a estrangeira".

E como que representando e exercendo de forma cordial, mas incisiva, esta reação necessária dos subdesenvolvidos contra a atitude dos países industrializados, o Ministro Delfim Neto, ao falar como Delegado do Brasil, focalizando os aspectos da política econômica internacional, frisou que:

"Existem outras áreas, como a regularização justa e eficaz no comércio de produtos primários e a eliminação de práticas restritivas e discriminatórias no comércio internacional que afetam as nações menos desenvolvidas, a política multilateral de financiamento do desenvolvimento e a eliminação de restrição no mercado de capitais, as quais figuram de modo saliente na lista dos problemas cruciais a serem enfrentados no futuro imediato pelos países em via de desenvolvimento".

E, firmando a posição brasileira contra as inovações que apenas possam favorecer os países ricos, o Ministro Delfim Neto fez a seguinte advertência:

"Queremos salientar desde já que nos oporemos a propostas de reforma que impliquem na redução da flexibilidade do sistema atual, e, em particular, no que diga respeito às políticas relativas ao uso dos recursos condicionais de Fundo. Igualmente, não somos favoráveis a que se altere a natureza do Fundo como foro de cooperação monetária internacional, cujas decisões se baseiam no consenso dos países membros e não em votos majoritários".

Ao falar como Delegado de seu País, o Ministro das Finanças do Japão declarou que, considera as decisões do Rio de Janeiro como um passo à frente dado pelo FMI em seus 23 anos de existência.

O representante da Malásia, recordando palavras do Presidente do BIRD na inauguração da XXII Reunião, destacou o provérbio de que uma caminhada de mil milhas começa com um simples passo.

O Ministro da Fazenda do Brasil, Professor Delfim Neto, ao dar a interpretação do Governo brasileiro sobre o resultado da reunião do Rio de Janeiro, especialmente quanto à aprovação da proposta de estudos para estabelecer mecanismos visando à estabilização dos preços dos produtos primários, declarou que uma corrida de mil quilômetros começa com o primeiro passo; e esse passo foi dado.

Estes conceitos, em sua singeleza, indicam o quanto precisa ser feito pelo FMI para permitir o desenvolvimento dos países pobres e que em seu favor praticamente nada foi feito pelos países ricos, que detêm as soluções nessa entidade financeira de cooperação internacional.

Não resta dúvida de que é muito importante a resolução adotada na reunião do Rio de Janeiro que recomenda a realização de estudos sobre a estabilização dos preços dos produtos primários e que a mesma talvez possa conduzir à formulação de um esquema para a solução desse problema, que é por certo um dos

mais angustiantes do mundo moderno.

Mas também não resta dúvida de que essa medida é apenas um passo nos mil quilômetros que precisam ser percorridos pelos países pobres para conseguirem ultrapassar o estágio de miséria econômica e de atraso cultural em que se encontram como nações subdesenvolvidas.

São estas, Sr. Presidente e Senhores Senadores, as considerações que nos permitimos trazer ao Senado, como um dos observadores desta Casa na XXII Reunião das Juntas de Governadores do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e de seus órgãos internacionais de Desenvolvimento (AID), realizada no Rio de Janeiro de 24 a 29 de setembro último e cujos trabalhos acompanhamos por honrosa designação da Mesa, juntamente com os nobres Senadores Adolpho Franco e Gouvêa Vieira. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o Sr. Senador Eurico Rezende. (Pausa)

Não está presente.

Não há mais oradores inscritos. (Pausa)

Nada mais havendo que tratar vou encerrar a presente sessão, desguando para a próxima a seguinte

ORDEN DO DIA

Sessão em 17 de outubro de 1967

1

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 1967 (nº 202-D-67, na Casa de origem), que dispõe sobre a inscrição, como Solicitador Acadêmico, na Ordem dos Advogados do Brasil e dispensa de estágio profissional e Exame de Ordem, tendo Parecer favorável, sob nº 686, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça.

2

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 1967, originário da Câmara dos Deputados (nº 309-B-67 na Casa de origem), que aprova o texto da Convenção sobre Consentimentos para Casamento, Idade Mínima para Casamento e Registro de Casamento, adotada pela Resolução 1.763 (XVII) da Assembleia Geral das Nações Unidas e aberto à assinatura a 10 de dezembro de 1962, tendo Pareceres favoráveis, sob ns. 670 e 671, de 1967, das Comissões de Constituição e Justiça, favorável, com substitutivo que oferece, de Relações Exteriores, favorável ao projeto.

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 1967, originário da Câmara dos Deputados (nº 11-B-67 na Casa de origem), que aprova o Acórdão Cultural celebrado em Haia, em 12 de outubro de 1963, entre o Brasil e os Países Baixos, tendo Pareceres Favoráveis, sob os ns. 672 e 673, de 1967, das Comissões de Educação e Cultura e de Relações Exteriores.

4

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 20, de 1967, de autoria do Sr. Senador Paulo Sarasate, que modifica o art. 1º da Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963, e dá outras providências, tendo Pareceres favoráveis sob ns. 447, 448, 449 e 661, de 1967, das Comissões de Constituição e Justiça, quanto à constitucionalidade; de Serviço Público Civil, de Finanças e do Polígono das Secas.

5

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 49, de

1967, de autoria do Sr. Senador Rui Palmeira, que acrescenta parágrafo único ao art. 107, do Decreto-lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a reforma administrativa e dá outras providências, tendo Pareceres, sob ns. 702 e 701, das Comissões de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e de Serviço Público Civil, pela aprovação.

CONGRESSO NACIONAL

Calendário para recebimento de emendas ao Projeto de Lei nº 12-67 (C.N.), que concede deduções da contribuição devida ao INDA, previstas no art. 3º do Decreto-lei número 58, de 21 de novembro de 1966.

Dias: 12, 13, 16, 17 e 18

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 15 minutos.)

Discurso pronunciado pelo Senhor Senador Aloysio de Carvalho, na sessão de 10 de outubro de 1967, que se republica por ter saído com incorreções.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

Senhor Presidente, a minha terra viu-se desfalçada, no sábado último, no seu patrimônio moral político e intelectual com a morte de José Wanderlei de Araújo Pinho, escritor e historiador.

Podia resumir a sua biografia dizendo que foi um homem de bem. Neste conceito, estaria todo o louvor que se pudesse fazer de seus grandes predicados morais.

Mas, com esse homem de bem coexistiu um homem de inteligência, de inteligência privilegiada, que herdou do pai, o parlamentar e governador da Bahia João Ferreira de Araújo Pinho, e que também lhe veio pelo lado materno, do grande estadista conservador do Império, João Maurício Wanderlei, o Barão de Cotejipe.

Raramente num homem podemos encontrar uma combinação tão harmoniosa do valor moral e do valor intelectual como nesse baiano que agora acabamos de perder.

Formado em Direito quando o governo de seu pai estava no auge do prestígio político, foi depois surpreendido pela adversidade política que determinou a queda da situação dominante na Bahia, substituída pela situação que trazia como chefe o Ministro da Viação do Governo do Marechal Hermes, o Professor e estadista José Joaquim Seabra. Sua nomeação de promotor público foi então tornada sem efeito, e, na sua juventude, o ato pleiteando a anulação daquela demissão injusta representa atitude da energia que havia de marcar, sempre, a sua vida — a qualidade de energia serena que foi uma das suas virtudes.

Pioneiro portanto, do reconhecimento do direito do membro do Ministério Público à estabilidade, a sua causa, foi tornada vitoriosa pela Justiça, e ele voltou à vida pública, pôs em disponibilidade no Ministério Público do Estado.

Doze anos depois desse episódio, a situação dominante caía, na Bahia, para dar lugar ao governo do Doutor Francisco Marques de Góis Calmon, a cuja família já ele se havia ligado através do casamento com uma das filhas daquele estadista baiano, Dona

Stela Calmon, que recebeu, do marido, o nome de Araújo Pinho.

Candidato a Deputado Federal, teve atuação distinguida, na Câmara, no último período da República Velha. Vejo, depois, à Câmara ordinária de 1935, onde a sua permanência foi rápida, não, entretanto, tão rápida que o impedisse de deixar a marca da sua inteligência, da sua erudição, e do seu caráter.

A revolução de 1930 jogou, de novo, na adversidade. Encontrou-o da disponibilidade em que se encontrava, no Ministério Público, para o exercício eletivo de promotor público da capital. E numa idade que já não seria a dos entusiasmos juvenis, José Wanderlei de Araújo Pinho, revelou-se um promotor excepcional.

Assisti, nessa oportunidade, a alguns juristas na Capital do meu Estado e tive a satisfação de ver a meticulosidade, a probidade, o estudo acentuado dos autos, e energia serena, a que me referi, com que planejou muitas das acusações públicas fazendo o seu nome apreciado e admirado no foro de Salvador.

Em 1947, o Governador Otávio Mangabeira teve a boa inspiração de o chamar para a Prefeitura da Capital da Bahia. Ali, José Wanderlei de Araújo Pinho, com a sua extraordinária vocação para os estudos históricos, com o seu conhecimento pleno da história da Bahia, em todas as fases, desde a colonial, pôde realizar aquele sobro espetáculo, que foi o do préstito retrospectivo dos quatrocentos anos da Cidade de Tomé de Sousa, em 29 de março de 1949.

E preciso, Sr. Presidente, ter vivido aquele dia inesquecível para sentir como os baianos da Cidade, do Salvador, sob o comando de José Wanderlei de Araújo Pinho, foram capazes de reproduzir e representar, num préstito simbólico em que os pontos altos foram as figuras quase iguais, fisicamente, as de Ruy Barbosa e de Castro Alves, uma imagem perfeita dos 400 anos de glória e de martírio que a cidade, naquele dia, completava.

Professor da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia, vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Wanderlei Pinho deixou o seu nome inapagável na história literária do Brasil, principalmente através de dois livros de sua autoria. Um, em que estudou, sob o título de "Cotejipe e o seu tempo" a atuação do Barão de Cotejipe no Império. E outro, um delicioso e encantador livro em que nos descreveu, com requintes de escritor e de pintor, os salões do segundo reinado, revivendo a vida mundana e política da época e trazendo à nossa vista os perfis das damas que povoavam de beleza de inteligência e de nobreza essas salas.

Deu admiravelmente a esse seu livro o título de Salões e Damas do Segundo Reinado". Seu nome de escritor ficará, sobretudo através dessa obra verdadeiramente notável.

A Bahia expressa, por meu intermédio, o testemunho do seu sentimento pela perda de um filho tão nobre que, vindo da aristocracia rural do Recôncavo, nasceu na cidade de Santo Amaro, projetou-se na Bahia, e para a sua gleba de Santo Amaro reservou sempre, os melhores sentimentos da sua estima e da sua saúde.

Wanderlei Pinho merece, portanto, o louvor que aqui lhe faço, neste momento. E quero dar a este louvor um sentido especial, repetindo que, raras vezes Sr. Presidente, poderemos encontrar um exemplar em que o homem de bem e o homem de inteligência tenham convivido tão harmoniosamente. (Muito bem!)

COMISSÃO DIRETORA

REUNIÃO REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 1957

Sob a presidência do Senhor Moura Andrade, Presidente, presentes os Srs. Vitorino Freire, 2º Secretário, Cateete Pinheiro, 4º Secretário, Guido Mondim, 2º Suplente, Sebastião Archer, 3º Suplente e Raul Giuberti, 4º Suplente, reúne-se a Comissão Diretora. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Nogueira da Gama, 1º Vice-Presidente, Gilberto Marinho, 2º Vice-Presidente, Dinarte Mariz, 1º Secretário, Edmundo Levi, 3º Secretário e Atilio Fontana, 1º Suplente.

A ata da reunião anterior é lida e, sem debate, aprovada.

A Comissão Diretora aprova, inicialmente, o parecer do Sr. 2º Vice-Presidente, no sentido do arquivamento do Inquérito Administrativo nº 4-65, visto não haver prova suficiente a apontar, sem sombra de dúvida, qual dos acusados tomou a iniciativa da agressão.

A seguir, são deferidos os seguintes requerimentos:

DP-1265-65, de José Bueno Carneiro de Novaes, Relator de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2;

DP-111-67, de Antônio Carlos Simões, Assessor Legislativo, PL-2;

DP-130-67, de Oyama Brandão Telles, Redator de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2;

DP-133-67, de Paulo Machado Alvim, Redator de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2;

DP-137-67, de Evandro Fonseca Paranaíba, Redator de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2;

DP-284-67, de Antonino Pio da Câmara Cavalcanti e Albuquerque, Assessor Legislativo, PL-2;

DP-302-67, de Dyrno Jurandir Pires Ferreira, Assessor Legislativo, PL-2, e

DP-508-67, de Paulo Goyano de Faria, Redator, PL-2, todos solicitando gratificação de nível universitário.

São, ainda, deferidos os de licença para tratamento de saúde;

DP-281-65, de Maria Helena Bueno Brandão, Oficial Legislativo, PL-6, em consequência de acidente em serviço;

DP-924-66, de Wilton Dias Viana, Motorista, PL-10, em prorrogação;

DP-46-67 e DP-170-67, relativos a Claudionor de Araújo Barros, Radiotécnicos, PL-9, em prorrogação;

DP-103-67 e DP-201-67, de Sebastião Ferreira do Nascimento, Servente de Administração, FT-3, em prorrogação;

DP-109-67, de Benedito Moacyr da Costa, Servicial da Garagem, FT-8, de acordo com a comunicação da Divisão de Saúde Mental do IPASE;

DP-110-67, de Maria D'Aparecida Jordão, Taquígrafa de Debates, PL-3, em prorrogação;

DP-112-67, de Wilton Dias Viana, Motorista, PL-10, em prorrogação;

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

DP-163-67 e 321-67 (em prorrogação), de José Martins de Almeida, Auxiliar de Limpeza, PL-11;

DP-235-67, de Eurico de Abreu Coutinho, Superintendente do Departamento Administrativo, PL-7, em prorrogação;

DP-231-67, de Celso de Siqueira Amadorim, Atendente, PL-3, em prorrogação;

DP-377-67 e 412, 67, relativos a Ana Maria Sobral Teixeira Soares, Oficial Legislativo, PL-6, em prorrogação;

DP-438-67, de Delmiro Fernandes Marcentino, PL-11, em prorrogação; e

DP-486-67, e 59-67, de Alfredo Rodrigues Teixeira Neto, Emendador, FT-2, em prorrogação;

— de licença para tratamento de pessoa da família:

DP-173-67, de Antônio Carlos Bandeira, Relator de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2;

DP-243-67, de Irene Stella Homem da Costa, Taquígrafa Revisora, PL-2;

— de licença para ausentar-se do país:

DP-774-66, de João Batista Castellan Branco, Oficial Legislativo, PL-5;

DP-65-67, de Leda Maria Cardoso Naud, Redatora, PL-2;

DP-221-67, de Maria Antonietta Paranaíba, Psicotécnica, PL-3;

DP-365-67, de Luiz Carlos Lemos de Abreu, Oficial Legislativo, PL-5;

DP-396-67, de Maria Riza Baptista Dutra, Oficial Bibliotecário, PL-3;

Rios, Assessor Legislativo, PL-3; e

DP-1343-65, de José Arthur da Cruz Rios, Assessor Legislativo, PL-3;

— de licença para tratar de interesses particulares:

DP-115-67, de Joêre Dias, Guarda de Segurança, PL-9;

DP-272-67, de Rosa Maria de Barros Carvalho, Oficial Auxiliar da Ata, PL-4; e

DP-447-67, de Apolônia Jorge Faria Sales Filho, Redator de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2.

Deferiu, ainda, o DP-1478-63 em que Henena Ruth Laranjal Farias Rigolon, Oficial Legislativo, PL-6, e outros solicitam gratificação de Gabinete;

o DP-s nº 67, em que Newton Custódio de Azevedo, Servente, PL-14, solicita retificação do ato que o nomeou; e o DP-480-67, de Celso de Castro Filho, Auxiliar Legislativo, PL-10, solicitando permissão para participar do 1º Seminário de Professores de Português dos Estabelecimentos Oficiais de Ensino Médio do Distrito Federal.

A Comissão indefere os seguintes processos:

DP-523-66, em que Manoel Moreira da Silva, Ascensorista, FT-7, solicita cancelamento de punição;

DP-510-66, de José Bueno Carneiro de Novaes, Relator de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2, em prorrogação;

DP-112-67, de Delmiro Fernandes Marcentino, PL-11, em prorrogação;

DP-163-67, de Hermes Francisco dos Santos, Auxiliar Legislativo, PL-10, solicita reconsideração do despacho exarado no processo DP-139 de 1963;

DP-180-67, de Luiz Souza Leão, Auxiliar Legislativo, PL-10, requerendo reconsideração do ato que indeferiu seu pedido de contagem de tempo de serviço prestado em Brasília, para efeito de sua aposentadoria;

DP-393-67 e DP-446-67, de Goíta. caz Brasão Pedroso de Albuquerque e Maria Lucila Pedrosa, Auxiliares de Secretaria, PL-11, solicitam, respectivamente, permissão para gozar recesso no exterior.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos, lavrando eu, Evandro Mendes Viana, Diretor-Geral e Secretário da Comissão, a presente ata.

NONA REUNIÃO REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 1967

Sob a presidência do Senhor Moura Andrade, Presidente, presentes os Srs. Vitorino Freire, 2º Secretário, Edmundo Levi, 3º Secretário, Cateete Pinheiro, 4º Secretário, Guido Mondim, 2º Suplente, Sebastião Archer, 3º Suplente e Raul Giuberti, 4º Suplente, reúne-se a Comissão Diretora.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Nogueira da Gama, 1º Vice-Presidente, Gilberto Marinho, 2º Vice-Presidente, Dinarte Mariz, 1º Secretário e Atilio Fontana, 1º Suplente.

A ata da reunião anterior é lida e, sem debates, aprovada.

A Comissão Diretora indefere o pedido de aposentadoria, por serviço de guerra, dos funcionários Félix Orro, Oficial Legislativo, PL-6; José Euvaldo Peixoto, Taquígrafa, PL-3; Antônio Carlos Bandeira, Redator de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2; Juvenal Freitas Pimentel, Guarda de Segurança, PL-9; Orestes Pereira Lopes, Motorista, PL-9; Hermes Pessanha, Ajudante de Portei-

ro, PL-7; Arnaldo Gouveia Castilho Branco, Ajudante de Porteiro, PL-7; Manoel Elias Sobrinho, Guarda do Departamento, PL-9; Jorge Paiva do Nascimento, Oficial Legislativo, PL-11; Luiz Lances, Contínuo, PL-11; José Soares de Oliveira Filho, Diretor, PL-11; Carlos Braga, Ajudante do Departamento, PL-7; Sebastião Miguel da Silva, Auxiliar de Portaria, PL-8 e Manoel José dos Santos, Auxiliar de Portaria, PL-8.

Os requerentes ficam assegurados de que o novo requerimento, desde que cumpram as exigências constantes do Art. 1º da Lei 5.313, que dispõe sobre a aposentadoria dos combatentes na II Guerra Mundial.

A Comissão Diretora, examinando o requerimento de Leopoldina Ferreira Novaes, com base no Art. 101, letra a, da Constituição vigente, decidiu que o artigo é auto-aplicável aos funcionários que hajam completado 50 anos de efetivo serviço, que é o caso da requerente, e pelo que o pedido foi deferido.

A Comissão Diretora determina a abertura de novo concurso para provimento de cargos de Taquígrafa de Debates e autoriza a dispensa de certificado de conclusão de curso secundário, no ciclo colegial, ou equivalente, aqueles que já são taquígrafos de Assembleias, Câmara de Vereadores ou do Supremo Tribunal Federal.

A Comissão Diretora indefere os requerimentos de Walter Dias da Costa e outros, de incorporação ao seu salário de parcelas de diárias de Brasília, usufruída em outros órgãos do poder público, antes de suas admissões no Senado Federal, por se tratar de direito transferível ao Senado, como encargo deste.

São aprovados os pareceres dos Senhores 3º e 4º Secretários, referentes aos pedidos de auxílio doença formulados, respectivamente, por Alfredo Rodrigues Teixeira Neto, Emendador, FT-3, e Wilton Dias Viana, Motorista, PL-10.

É concedida autorização para se ausentar do país ao Assessor Legislativo, PL-2, de Oyama Brandão Telles, Nereu Silva Rolim, Evandro Fonseca Paranaíba e Ronaldo Pacheco de Oliveira, Redatores de Anais e Documentos Parlamentares, todos solicitando as vantagens constantes do art. 177, § 2º da Constituição Federal.

Por fim, a Comissão defere os requerimentos de Joaquim Santos Filho, Antônio Carlos Simões e Antonino Pio da Câmara Cavalcanti D'Albuquerque, Assessores Legislativos, PL-2, e de Oyama Brandão Telles, Nereu Silva Rolim, Evandro Fonseca Paranaíba e Ronaldo Pacheco de Oliveira, Redatores de Anais e Documentos Parlamentares, todos solicitando as vantagens constantes do art. 177, § 2º da Constituição Federal.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos, lavrando eu, Evandro Mendes Viana, Diretor-Geral e Secretário da Comissão, a presente ata.

MESA

Presidente — Moura Andrade — (ARENA — SP)
 Vice-Presidente — Nogueira da Silva — (MDB — MG)
 Vice-Presidente — Gilberto Martins — (ARENA — GB)
 Secretário — Dinarte Mariz — (ARENA — RN)
 Secretário — Victorino Freire — (ARENA — MA)

3º Secretário — Edmundo Levi — (MDB — AM)
 4º Secretário — Cattete Pinheiro — (ARENA — PA)
 1º Suplente — Atílio Fontana — (ARENA — SC)
 2º Suplente — Guido Mondim — (ARENA — RS)
 3º Suplente — Sebastião Archer — (MDB — MA)
 4º Suplente — Raul Giuberti — (ARENA — ES)

Liderança

DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger — (ARENA — RS)

Vice-Líderes:

Paulo Sarasate (ARENA — CE) Eurico Rezende — (ARENA — ES)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller — (MT)

DO MDB

Líder — Aurélio Vianna — (GB)

Vice-Líderes:

Vilson Gonçalves — (CE)
 Antônio Carlos — (SC)
 Rui Palmeira — (PB)
 Manoel Vilça — (RN)
 Vasconcellos Tórrès — (RJ)

Vice-Líderes:

Bezerra Neto — (MT)
 Adalberto Senna — (ACRE)
 Lino de Mattos — (SP)

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio
 Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

TITULARES

José Feliciano
 Ney Braga
 João Cleophas
 Teotônio Vilela
 Júlio Leite

SUPLENTE

Atílio Fontana
 Leandro Maciel
 Benedito Valladares
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco

MDB

Jose Ermírio
 Mário Martins
 Secretário: J. Ney Passos Dantas
 Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos
 Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA

TITULARES

Milton Campos
 Antônio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petronio Portela
 Carlos Lindenberg
 Rui Palmeira

SUPLENTE

Vasconcelos Tórrès
 Daniel Krieger
 Benedito Valladares
 Alvaro Maia
 Lúcio da Silva
 José Feliciano
 Menezes Pimentel
 Leandro Maciel

MDB

Antônio Baibino
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho

Aarão Steinhilber
 Aurélio Vianna
 Mario Martins

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-6.
 Reuniões: quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão
 Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA

TITULARES

José Feliciano
 Lúcio da Silva
 Petronio Portela
 Eurico Rezende
 Atílio Fontana

SUPLENTE

Benedito Valladares
 Adolpho Franco
 Arnão de Melo
 José Leite
 Mello Braga

MDB

João Abrahão
 Aurélio Vianna
 Secretário: Alexandre Mello.
 Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

Adalberto Senna
 Lino de Mattos

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mário Martins

ARENA

TITULARES

Carvalho Pinto
 Carlos Lindenberg
 João Leite
 Teotônio Vilela
 Domicio Gondim
 Leandro Maciel

SUPLENTE

José Leite
 João Cleophas
 Duarte Filho
 Sigefredo Pacheco
 Filinto Müller
 Paulo Torres

MDB

Mário Martins
 Pedro Ludovico
 Lino de Mattos

Jose Ermírio
 Josaphat Marinho
 João Abrahão

Secr. C. Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 15.30 horas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

TITULARES

Menezes Pimentel
 Mem de Sá
 Alvaro Maia
 Duarte Filho
 Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Benedito Valladares
 Antonio Carlos
 Sigefredo Pacheco
 Teotônio Vilela
 Petronio Portela

MDB

Adalberto Senna
 Lino de Mattos

Antônio Baibino
 Josaphat Marinho

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa
 Reuniões: Quartas-feiras às 15h 30m.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

TITULARES

João Cleophas
 Mem de Sá
 José Leite
 Leandro Maciel
 Manoel Vilça
 Clodomir Millet
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco
 Paulo Sarasate
 Carvalho Pinto
 Fernando Corrêa

SUPLENTE

Antônio Carlos
 José Guilomard
 Daniel Krieger
 Petronio Portela
 Atílio Fontana
 João Leite
 Mello Braga
 Carlos Lindenberg
 Ceist Ramos
 Teotônio Vilela
 Rui Palmeira

MDB

Argemiro Figueiredo
 Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Arthur Virgílio

Josaphat Marinho
 Jose Ermírio
 Lino de Mattos
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.
 Reuniões: Quartas-feiras às 10h.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Baibino

ARENA

TITULARES

Ney Braga
 Atílio Fontana
 Adolpho Franco
 Domicio Gondim
 João Cleophas

SUPLENTE

Júlio Leite
 José Cândido
 Rui Palmeira
 Arnão de Melo
 Leandro Maciel

MDB

Antônio Baibino
 Jose Ermírio
 Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-6.
 Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

Pessoa de Queiroz
 Pedro Ludovico

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petronio Portela

Vice-Presidente: José Cândido

A R E N A

TITULARES

Petronio Portela
Domicio Gondim
Alvaro Maia
Jose Cândido
Mello Braga
Júlio Leite

SUPLENTE

José Guilomard
José Leite
Lobão da Silveira
Manoel Villaga
Celso Ramos
Duarte Filho

M D B

Aarão Steinbruch
Rui Carneiro
Arthur Virgílio

Bezerra Netto
Mário Martins
Adalberto Sena

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domicio Gondim

A R E N A

TITULARES

Domicio Gondim
Jose Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

José Feliciano
Mello Braga
José Guilomard
Vasconcellos Torres
Rui Palmeira

M D B

Josaphat Marinho
José Ermirio

Aarão Steinbruch
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DE POLÍGONO DAS SECAS

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

A R E N A

TITULARES

Rui Palmeira
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Júlio Leite
Duarte Filho

SUPLENTE

Menezes Pimentel
José Leite
Domicio Gondim
Leandro Maciel
Petronio Portela

M D B

Rui Carneiro
Aurélio Vianna

Pessoa de Queiroz
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feira às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

A R E N A

TITULARES

Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende

SUPLENTE

José Feliciano
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Rui Palmeira
Petronio Portela
Clodomir Millet

M D B

José Ermirio
Lino de Mattos
Josaphat Marinho

Antônio Barbino
Aurélio Vianna
Aarão Steinbruch

Secretário: Afrânio Cavaicani Mello Júnior

Reuniões: Quartas-feiras às 15 horas

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Teotônio Villela

A R E N A

TITULARES

Teotônio Villela
Antônio Carlos
José Feliciano
Lobão da Silveira

SUPLENTE

Felinto Muller
Mem de Sá
José Leite
José Guilomard
Bezerra Neto

M D B

Secretário: Mário Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

A R E N A

Benedicto Valladares

Felinto Muller

Aloysio de Carvalho

Antônio Carlos

José Cândido

Arnon de Melo

Mem de Sá

Rui Palmeira

Alvaro Maia

Fernando Corrêa

Celso Ramos

Wilson Gonçalves

José Guilomard

José Leite

Clodomir Millet

Menezes Pimentel

M D B

Pessoa de Queiroz

Aarão Steinbruch

Mário Martins

Pedro Ludovico

Aurélio Vianna

Argemiro Figueiredo

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

A R E N A

TITULARES

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaga

SUPLENTE

Júlio Leite
Clodomir Millet
Ney Braga
José Cândido

M D B

Pedro Ludovico

Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

A R E N A

TITULARES

Paulo Torres
José Guilomard
Sigefredo Pacheco
Ney Braga
José Cândido

SUPLENTE

Altino Fontana
Adolpho Franco
Manoel Villaga
Mello Braga
Júlio Leite

M D B

Oscar Passos
Mário Martins

Adalberto Sena
Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.